

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JOÃO RICARDO ALVES DE ARAÚJO

O PAPEL DO GRUPO MATIZES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
LGBT PIAUIENSE (2002-2022)

TERESINA

2024

JOÃO RICARDO ALVES DE ARAÚJO

**O PAPEL DO GRUPO MATIZES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
LGBT PIAUIENSE (2002-2022)**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Piauí, Campus Poeta
Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção
do título de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira

TERESINA

2024

JOÃO RICARDO ALVES DE ARAÚJO

**O PAPEL DO GRUPO MATIZES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
LGBT PIAUIENSE (2002-2022)**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Piauí, Campus Poeta
Torquato Neto, como requisito parcial para obtenção
do título de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em 08 / 01 / 2025.

Dra. Clarice Helena Santiago Lira, (UESPI) - (Presidenta/Orientadora).

Dr. Antônio Maureni Vaz Verçosa de Melo, (UESPI) - (Membro).

Msc. Moisés Barros de Andrade, (UESPI) - (Membro).

TERESINA

2024

AGRADECIMENTOS

É fundamental agradecer a colaboração preciosa de pessoas indispensáveis à realização deste trabalho, aqueles que estiveram comigo em todos os momentos e etapas desse árduo, porém necessário, processo.

À minha mãe, Maria de Fátima Alves, por sempre me ensinar os melhores caminhos e decisões;

Ao meu irmão, Francisco Gustavo Alves Araújo, pelo seu apoio incondicional e fraterno em todas as horas de nossa jornada familiar;

Ao meu pai, Antônio Fernandes Araújo, que em sua simplicidade de trabalhador do campo sempre esteve ao meu lado nas minhas decisões.

À minha madrinha, Maria José Pires de Carvalho Fortes Castelo Branco, e seus irmãos, Maria de Lourdes, José de Deus, Maria da Conceição e Maria do Carmo Pires de Carvalho Fortes Castelo Branco.

À minha amiga e irmã de alma que a vida me deu, professora mestra Ana Lúcia Torres Costa Correia Lima, por ter me levado pela mão (às vezes até pelo colo) durante minha retomada a esse curso e sua posterior finalização;

E ao querido amigo Marcos Carvalho, senhor das letras, proprietário de um domínio enorme sobre elas e alquimista que ao juntá-las torna poesia, assim como Midas, que tudo que toca vira ouro;

Ao amigo, Emerson Patrício, responsável direto pelo meu retorno a esta faculdade, e aos meus amigos e colegas de turma que quero levar pra vida afora: Álvaro Monteiro Ferreira da Silva, Raylana Brito, Maria Vitória e Silva, Leonardo da Vinci, Leandro Vítor, Kelsivan Brito e Lenice Silva por suas companhias imensuráveis todo este tempo;

À diva Madonna por me mostrar que é possível sempre ser a melhor versão de si mesmo, que os obstáculos devem ser transpostos e acima de tudo ter orgulho de sermos quem somos. Bem como a outros grandes e insubstituíveis ícones LGBT: Nany People, Clodovil Hernandes, Rogéria, Luiz Motta, Erika Hilton, Cazuza, Jean Willy, Harvey Mil, Karl Urick, Cassandra Rios, Vera Verão, Cassandra Rios, David Miranda, Marielle Franco entre tantos outros, incluindo aí os bravos guerreiros LGBT silenciados pela epidemia do vírus HIV/AIDS;

Aos professores singulares a quem tive a honra de ser pupilo, em especial: Alcebíades Costa Filho, Salânia Melo, Sérgio Romualdo de Lima Brandim, Antônio Maurení Verçosa,

Gizeli Lima, Cláudio Melo, Edmilson Fontenele (in memoriam) Antônia Valtéria Alvaenga e João Júnior.

À grande mestre bússola e baluarte disso tudo, professora doutora Clarice Helena Santiago Lira que acreditou no meu trabalho, enfrentou o processo ao meu lado, sempre com sua célebre postura firme e objetiva, sendo cirúrgica quanto ao que deveria ser feito e ao mesmo tempo me encorajando à liberdade discursiva no presente trabalho;

Agradeço à UESPI e a todos que fazem parte desta casa pela indescritível experiência de ter feito parte dela;

A meu Deus todo poderoso por mais esta oportunidade de crescimento na vida.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado traça a trajetória do movimento LGBT, partindo de seus fatos mais notórios ocorridos na segunda metade do século XX nos EUA, e de como esse acontecimento despertou a consciência e fez surgir a militância como é conhecida hoje nos mais diversos cantos do mundo, sua chegada ao Brasil e posterior disseminação por todo o seu território e como se traduziu em todas as regiões de realidades diversas e peculiares, principalmente levando em consideração a época em que tudo se passou. O enfoque principal pertence ao Grupo Matizes, porém antes dele, outros dois grupos, GALPA e FREE foram a “centelha” inicial para a construção da figura do homossexual masculino e feminino e suas variadas questões relacionada a gênero. Os nomes que protagonizaram seus respectivos coletivos são citados, e principalmente a forma como atuaram para que o cidadão LGBT possa ser cada vez mais abraçado pela sociedade em geral, se discute também como as forças político-religiosas agem a fim de desacreditar a luta e os esforços destes em buscas de direitos que o restante da população já tem assegurados. Avaliam-se através da história, quais os retrocessos e progressos da militância e como trabalhar as questões que aparecem, pois embora muitas coisas positivas tenham sido conseguidas, tantas outras ainda faltam inclusive o caráter definitivo do que já se tem.

PALAVRAS-CHAVE: LGBT. Grupo Matizes. Piauí. Cidadania. Militância.

ABSTRACT

The work presented here traces the trajectory of the LGBT movement, starting with its most notorious events that occurred in the second half of the 20th century in the United States, and how this event raised awareness and gave rise to the militancy as it is known today in the most diverse corners of the world, its arrival in Brazil and subsequent spread throughout its territory and how it translated into all regions with diverse and peculiar realities, especially considering the time in which everything happened. The main focus belongs to the Matizes Group, but before it, two other groups, GALPA and FREE, were the initial “spark” for the construction of the figure of the male and female homosexual and their various issues related to gender. The names that led their respective collectives are mentioned, and mainly the way in which they acted so that LGBT citizens could be increasingly embraced by society in general, and it also discusses how political-religious forces act to discredit the struggle and efforts of these people in search of rights that the rest of the population already has guaranteed. We evaluate, through history, the setbacks and progress of activism and how to work on the issues that arise, because although many positive things have been achieved, many others are still missing, including the definitive character of what we already have.

KEYWORDS: LGBT. Matizes Group. Piauí. Citizenship. Activism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Foto de Marinalva Santana com aliança de casamento.....	41
Imagem 2 - Marinalva Santana, líder LGBT, bota a boca no trombone.....	41
Imagem 3 - Casamento Civil homoafetivo coletivo.....	42
Imagem 4 - Casamento Civil homoafetivo entre mulheres.....	42
Imagem 5 - Casamento homoafetivo entre homens.....	43

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

ACRÓPOLE - Organização Não Governamental presente em todo o mundo fundada em 1967 por Jorge Angel Pizzi, primeiro como uma escola de filosofia e mais tarde como uma organização internacional dedicada a estudos filosóficos e suas práticas.

AIDS - Síndrome da imunodeficiência adquirida.

APTTRA - Articulação Piauiense de Travestis e Transexuais.

ATRAPI - Associação das Travestis, transexuais e transgêneros do Estado do Piauí.

BEMFAM - Sociedade Civil Bem-Estar Família no Brasil.

CELOS - Fundação Celesc de Seguridade Social.

CMDLGBT - Conselho Municipal de Direitos LGBT.

DST - Doença sexualmente transmissível.

GALF - Grupo Ação Lésbica Feminista.

GALOSC - Grupo de apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri.

GAPA - Grupo de Apoio a Prevenção a AIDS.

GGB - Grupo Gay da Bahia.

GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Bissexuais.

GLTB - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros.

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros.

LGBT-MOPAC - Movimento Piauiense de Assistência a Cidadania LGBT.

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Mais.

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários, Mais.

NUDH - Núcleo Especializado Em Direitos Humanos

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização das Nações Unidas.

PCD - Pessoa com Deficiência.

RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

SAFO - Célebre poeta grego da ilha de lesbos, contemporâneo de Pitaco e Alceus.

SASC - Secretaria Estadual da Assistência Social.

SEMTCAS - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual.

TQIAPN+ - Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Panssexuais, Não-Binários, Mais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DA LUTA CONTRA A OPRESSÃO NASCE O ARCO-ÍRIS	15
2.1 A LUTA LGBT GERMINANDO E ESPALHANDO-SE PELO MUNDO.....	17
2.2 A LUTA LGBT CHEGA AO BRASIL.....	20
3 O ARCO-ÍRIS COMEÇA A BRILHAR NO CÉU DO ESTADO DO PIAUÍ	34
3.1 O SANGUE LGBT TAMBÉM PULSA NAS VEIAS DOS QUE NÃO SÃO DO MEIO	48
3.2 O GRUPO MATIZES: A AMÁLGAMA DE VÁRIOS TONS DE LIBERDADE EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA.....	56
3.3 CONSCIENTIZAÇÃO, ARTICULAÇÕES POLÍTICAS, EVENTOS E A LUTA POR DIREITOS	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Na introdução deste trabalho acadêmico de grande monta, será tratada em linhas gerais a proposta principal de pesquisa acerca do tema, partindo de sua concepção até sua posterior finalização, os conhecimentos aqui expostos darão uma visão de como surgiram às questões inerentes ao assunto “cidadania plena da comunidade LGBT” e de como esses indivíduos ao longo de sua trajetória como dissidentes da regra heteronormativa que norteia a sociedade procura galgar seus espaços, mas que atravessam os que já foram conseguidos, partindo de um acontecimento histórico como a Revolta de Stonewall em Nova York após a segunda metade do século XX, mais precisamente no dia 28 de junho de 1969, essa discussão passará por outras iniciativas como esta nos EUA, como isso reverberou no Brasil e no estado do Piauí.

Por sua vez, antes de qualquer coisa, é essencial demarcar o sentido das palavras comunidade e cidadania plena que serão empregadas de modo muito generoso ao longo do texto, citando ao autor alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936), que em 1887 publicou o livro *Comunidade e Sociedade* (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), ele estabelece a diferenciação entre esses dois termos, [...] O termo Sociedade é, por definição mais ampla.

Assim, ele engloba uma maior diversidade de indivíduos que partilham alguns aspectos em comum, como uma cultura, um território e até mesmo um sistema de leis e valores. A Comunidade, por outro lado, é um grupo menor de indivíduos, que apresentam relações mais próximas e partilham interesses e projetos. Enquanto na sociedade os sujeitos estão mais dispersos, na comunidade há uma conexão maior entre eles. Esse agrupamento de pessoas pode ser entendido como um grupo em um grupo maior, que é a sociedade.

Para José Murilo de Carvalho em seu livro *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho* (2001), a cidadania só pode ser plena e efetiva quando há a coexistência dos direitos civis, políticos e sociais após depreender a noção destes dois termos basilares ao presente trabalho, o texto continua trazendo outros conteúdos que visam à discussão acerca da militância da causa LGBT.

No Piauí, posteriormente a criação do grupo GAPA e do grupo FREE, ambos no município de Teresina, foi em 18 de maio de 2002 que surgiu após muitas reuniões, deliberações, discussões, planejamento e luta, o grupo Matizes, encabeçado na pessoa de Marinalva Santana, figura notória no tocante a cidadania LGBT no estado do Piauí.

Portanto, neste trabalho, serão apresentadas informações acerca dela, dos fatores determinantes que culminaram com o surgimento dessa organização sem fins lucrativos, haverá também, a discussão sobre cidadania plena traduzida pela obtenção de direitos básicos e comuns a todo e qualquer cidadão, mas que não podem ser acessados pela comunidade LGBT, ou quando são alcançados, sempre estão a sofrer ameaças advindas das camadas mais conservadoras da sociedade, entende-se que esses direitos devam abranger a todo e qualquer cidadão que cumpre com seus deveres e que sejam iguais para todos independente de etnia, classe social, gênero, crença religiosa, dentre outras.

Dito isto, demandas como casamento, adoção, direito previdenciário, entre tantos outros temas caros a esta discussão, serão expostos à luz e divididos em capítulos que formarão o corpo do presente texto científico, assim como ganhará enfoque, questões outras como o papel primordial e imprescindível da militância no contexto de lutar para que as “vozes” das minorias sejam ouvidas, ainda que a discussão venha a se ater somente a comunidade LGBT. Sendo assim, a interseccionalidade tratará de temas que atravessam a vida destes cidadãos, tais como raça, opressão de gênero e classe social. Este último clama por seus direitos e sofrem marginalização na sociedade no qual estão inseridos, levando ainda a perceber que nenhuma luta é solitária e que se faz necessário a união destes grupos em busca do bem maior, que é ter seus direitos garantidos e assegurados.

Após ser mencionado a Revolta de Stonewall nos EUA, serão mostrados os fatos que desembocaram na criação de grupos de militância no Brasil, a forma como se espalharam pelo país, as demandas de cada “subgrupo” da sopa de letrinhas, as características que diferenciam gênero e sexualidade, como o patriarcado atua sobre toda essa discussão, como cada estado lidou com essas questões tomando como base sua realidade, chegando na Região Nordeste do Brasil, quais foram os estados que de certa maneira saíram à frente do Piauí, e de que forma inspiraram o estado na caminhada para que estes temas fossem discutidos e políticas públicas fossem implementadas a estas pessoas tão desassistidas, não só pelo poder público, mas também, por toda a sociedade de maioria cristã e conservadora, chegando ao município de Teresina, capital do Piauí.

Ainda, será discutido como os grupos anteriores ao grupo Matizes trataram do tema, o que foi conseguido, qual o seu legado, tornando-se assim premissas para o surgimento do grupo Matizes em 18 de maio de 2002.

Também, neste trabalho, será dado especial protagonismo ao recorte cronológico do ano de fundação (2002) até o ano que se encerra um dos mandatos presidenciais mais

reacionários e contrários a essas questões de gênero e sexualidade que foi o governo de Jair Messias Bolsonaro (2022) não haveria como não mencionar a pessoa de Marinalva Santana, que está para o Grupo Matizes, como Luiz Mott está para o GGB (Grupo Gay da Bahia) e de como aqueles que lutam ao lado deles nas militâncias dos coletivos agem em prol de dias melhores para os LGBT's, a partir do segundo capítulo será evidenciado mediante de pesquisas, imagens, bibliografias diversas, tais como: artigos, qual a cidadania pretendida por esses militantes, o que de fato é necessário e urgente, informações estas que serão obtidas avaliando a trajetória do supracitado grupo e suas conquistas já alcançadas, possibilitando investigar como essas pessoas veem a evolução ou o atraso oriundo de seu infatigável e necessário trabalho de alto teor social.

Como os trabalhos desta ONG contribuíram positivamente para a tão almejada cidadania plena desse público no Piauí, e como isso expandiu para outros lugares no interior do estado e inclusive até fora dele, de posse de tudo que foi utilizado, colhido em jornais, acervo de revistas, bibliografias, produzidas por este grupo ou pela mídia local, fazendo com que se possa averiguar como causa em questão pode ganhar celeridade no processo em relação à conquista e manutenção permanente de seus direitos, evitando que elas fiquem ao sabor de vetos e anulações por parte daqueles que nutrem um ódio patológico e sádico por LGBT's, pessoas utilizadas como bodes expiatórios em campanhas políticas conservadoras que descredibilizaram os direitos humanos e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Com isso, portanto, se compreende no decorrer da pesquisa, que o legado deixado pelo Grupo Matizes ao longo de sua trajetória, aponta para questões que ainda pedem atenção especial para que o poder público, em especial, as autoridades competentes possam legislar e deixar os direitos destes cidadãos como algo permanente e intocável.

2 DA LUTA CONTRA A OPRESSÃO NASCE O ARCO-ÍRIS

Desde as primeiras formações e agrupamentos de pessoas, se convencionou chamar sociedade, alguns grupos que sempre ficaram à margem desse processo dito civilizatório em decorrência de fatores diversos, eram discriminados por “vozes hegemônicas” oriundas do estado e amparados por setores como a religião, agindo em consonância, esses grupos de poder sempre ditaram as regras em várias sociedades ao longo da história, utilizando-se para isso de oratória, poder econômico, bélico e maneiras despóticas de governo para aniquilar territórios, apagar culturas, escravizar povos, colonizar espaços, espoliar riquezas, decidir o destino de vidas, (...). O cristianismo católico de mãos dadas com o estado e suas elites sempre trabalharam juntos no intuito de manter as hierarquias sociais, a heteronormatividade compulsória é parte também fundamental nesse processo, ou seja, conforme a ideologia destes poderosos, apenas essa afetividade é saudável, sagrada e digna de respeito.

Nessa perspectiva, em uma visão linear de mundo somente pessoas heterossexuais podem garantir que a espécie humana não seja extinta, teoria pueril que perde, ao constatar-se que LGBTs não são inférteis por natureza e que ainda por cima criam e adotam filhos frutos dessas relações héteros que abandonam e maltratam os filhos que têm a heterossexualidade compulsória ou heterossexualidade obrigatória, é um termo que se popularizou nos anos 80 com Adrienne Rich em seus ensaios sobre heterossexualidade compulsória e existência lesbiana, onde etnias foram subjugadas, e o sexo feminino foi massacrado.

Igualmente, povos originários de várias partes do mundo ficaram sob o poder esmagador de populações ditas civilizadas e desenvolvidas, a discussão realizada no presente trabalho, debruça-se sobre a comunidade LGBTQIAPN+ (sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Pessoas Queer que é o chamado termo guarda-chuva que abrange todos os dissidentes de gênero e sexualidade da norma hétero, intersexo antes chamados de hermafroditas, assexuais que são pessoas que não possuem desejo sexual apenas romântico, pansexuais são os que se atraem por pessoas independente do gênero, não-binários são os indivíduos que não se enquadram no que se espera socialmente de homens e mulheres no tocante a apresentação de gênero tais como mulheres serem tidas como afáveis, acolhedoras, sensíveis, gostarem de maquiagem, adereços e usarem saias e vestidos, ao passo que homens serão brutos, frios, objetivos, não usarem maquiagem nem adereços e adotarem trejeitos mais rígidos e o + refere-se as possibilidades futuras de discutir o gênero e sexualidade).

Nessa perspectiva, a partir de uma história bem recente de luta após décadas e séculos de discriminação, agressão, assassinato, silenciamento, torturas, prisões, a segunda metade do século XX trouxe de forma mais robusta, um acontecimento que a partir dali seria o marco inicial nas lutas pela cidadania desta parcela da população, são os descendentes de pessoas que em outras eras foram guilhotinados, queimados pelo tribunal do santo ofício da igreja católica, chicoteados, banidos do convívio público, tratados como aberrações e erros da natureza e por esse motivo, degradada e torturada em prol de uma cura para algo que não é doença ou desvio psicológico ou de caráter, esse último fato inclusive fez com que no recente ano de 1990 a OMS retire-se a homossexualidade de seu catálogo de doenças.

Na contemporaneidade ainda é possível perceber que a cultura de algumas sociedades dialoga intensamente com os fatos anteriormente citados, condenando seus cidadãos a penas que ferem de maneira vil os direitos humanos, inclusive o mais precioso deles que é a vida, não é muito difícil saber de notícias advindas do Oriente Médio, onde homossexuais, principalmente masculinos quando não condenados a prisão ou a um número expressivo de chibatadas, são atirados do alto de prédios pelas mãos de grupos religiosos extremistas.

Por outro lado, no Ocidente o assassinato é moral em muitos dos casos, onde jovens são expulsos de casa, perdem o contato com a família, são achincalhados por uma sociedade pseudomoralista, são mortos nas ruas, tendo o Brasil a vergonhosa posição de líder nesse ranking, país onde os direitos são impiedosamente atacados e retirados, crianças, adolescentes jovens e idosos LGBT são criminalizados e apontados como desviados, os adultos e idosos são tidos como assediadores, infantes nascidos em lares católicos e protestantes são constantemente vítimas do ódio dos próprios pais professores de uma crença que exclui, estigmatiza e discrimina.

Mulheres transexuais ainda possuem o agravante da violência de gênero e ódio contra as mulheres, encontrando na prostituição a única saída para subsistir, tendo como clientela os mesmos que as discriminam e maltratam a luz do dia, utiliza-se de seus serviços à noite, e as matam quando estas se tornam ameaças aos seus “status” de pessoas de bem, pertencentes à chamada tradicional família brasileira.

No entanto, todas essas personagens citadas na sigla tiveram e continuam tendo papel indispensável na luta por uma sociedade ao menos tolerante. Infelizmente, ao longo de décadas é possível verificar atritos entre esses grupos dentro da comunidade que os abrange, algo que certamente é um empecilho à celeridade da tão buscada cidadania plena. A comunidade LGBT é atravessada também por questões raciais, classistas, etaristas,

econômicas, de gênero, lugar de origem, etc., pode ser também citado que alguns desses indivíduos não elegem “os seus” para ocupar as cadeiras mais importantes na política, e outros quando se encontram eleitos, têm seus ideais mais alinhados ao discurso do opressor, um fenômeno observável em países mais simpáticos à causa.

Para entender-se como comunidade e grupo militante, há de ser entendido primeiro como cidadão, com seus direitos e seus deveres. É imprescindível reverenciar os nomes que ao longo de suas vidas lutaram de maneira infatigável por toda e qualquer conquista desfrutada na atualidade, ação destes personagens históricos foi o que fundamentou o que mais tarde e de maneira mais organizada seria tido como os grupos de militância que são um conjunto de pessoas com interesses afins, que se unem para brigar por uma causa. Para isso são criadas organizações sem fins lucrativos que visam barganhar com os poderes públicos a aprovação de leis que assistam as mais variadas necessidades do público ao qual defendem.

No tocante a cidadania LGBT isso é traduzido pelas passeatas da diversidade realizadas em vários países ao redor do mundo e que tiveram sua origem nos EUA¹, publicações específicas voltadas para este nicho como jornais, revistas - que inclusive homenageiam figuras públicas que não fazem parte da comunidade, mas que utilizam de sua voz, imagem e influência midiática para dar enfoque às pautas do movimento-, conscientização da sociedade sobre a importância de assegurar os direitos mais básicos dos LGBT's como o de doar sangue sem constrangimentos e sem serem associados a doenças sexuais, direito a adoção de filhos, bem como direito a união estável que garantirá a possibilidade de benefício previdenciário diante do falecimento de seu companheiro (a), oportunidade de retificar os documentos de pessoas transexuais adaptando-os ao seu novo nome que está de acordo com sua identidade de gênero.

2.1 A LUTA LGBT GERMINANDO E ESPALHANDO-SE PELO MUNDO

Para melhor entendimento do que está sendo trabalhado, o capítulo inicial enfatizará a década de 60 do século XX nos EUA, local onde foi palco a Revolta de Stonewall, trará os fatos que se sucederam a este acontecimento, como se alastrou ao redor do mundo, influenciando pessoas LGBT's a lutarem por seus direitos, reverberou até a atualidade inspirando militantes de várias épocas posteriores e culturas distintas. Serviu de base para nomes que naquela época passaram a fazer paralelo temporal com as lutas norte-americanas

¹ Fato que logo mais adiante será abordado

no Brasil, quais estados foram pioneiros nesse tipo de militância, quais eram suas principais demandas, reivindicações, o que naquele cenário era mais urgente, que especificidades legais eram indispensáveis a esse grupo e que não estavam de maneira satisfatória inseridas na legislação beneficiando esses grupos fazendo assim compreender o que seria a cidadania plena buscada por esse grupo.

Para então averiguar o que desde os primórdios ainda é objeto incansável de luta por esses grupos, como vai o andamento do que já foi conseguido, bem como o que está sendo ameaçado em via de ser perdido e o que as duras penas já foram conquistadas. Nesse viés, vários movimentos de luta LGBT já possuíam alguns tímidos pontos na Europa, foi de fato a revolta de Stonewall após a segunda metade do século XX nos EUA que ficou historicamente sinalizado como uma espécie de marco zero, naquele ano de 1969, de Nova York espalhou-se pelos outros estados da nação americana e somente a partir daí é que a Europa e os outros continentes foram assimilando essas lutas a sua realidade. Como o movimento é vivo, vale a pena revisitar o significado de cada uma das letras da sigla e discutir suas necessidades específicas enquanto parte de um todo.

Diante disso, a luta é de todos, porém há dentro desse amplo painel, outros atravessamentos mais específicos. Tais como o enfrentamento ao machismo por parte das lésbicas vítimas de estupros corretivos, bem como a marginalidade em que mulheres transexuais e travestis são relegadas no que tange a impedimentos relativos à documentação de acordo com seu gênero, o racismo a que estas e os outros membros da comunidade sofrem pelo fato de serem negros e residentes de subúrbios e periferias, a discriminação dos que são pessoas que convivem com o vírus HIV e suas possibilidades de alcançar o tratamento.

De acordo com Gomes (2019, p.5), na década de 1950, portanto anterior a Revolta de Stonewall, “foi criado nos Estados Unidos a Mattachine Society, uma organização política semiclandestina de gays e lésbicas que visava à integração dos homossexuais na sociedade, pois se considerava que eram dados uma condição ou “status” socialmente marginal ao segmento.” Iniciam-se então as primeiras movimentações destes indivíduos no sentido de construir algo que os fizesse se sentirem como pertencentes a um grupo, que pudessem contar com o apoio dos seus pares.

No dia 28 de junho de 1969, aconteceu a Revolta de Stonewall na cidade de Nova York, episódio que marcou a militância LGBT em todo o mundo. O episódio ocorreu no bar The Stonewall Inn, localizado na Christopher Street, número 53, espaço frequentado por gays, lésbicas e travestis, em que cotidianamente aconteciam batidas e repressões policiais e seus

frequentadores eram obrigados a sair. Entretanto, naquele dia, eles resistiram atirando pedras em policiais e causando incêndios como forma de resistência. De acordo com MacRae (2011, p. 26), “a luta foi bastante violenta, e os homossexuais, além de evidenciar a fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem”. A revolta durou cerca de três dias com intenso confronto da polícia contra os homossexuais nas ruas de Nova York.

Um ano depois, aconteceu uma passeata que reuniu cerca de dez mil homossexuais para comemorar a Rebelião de Stonewall, ficando o dia 28 de junho conhecido como Dia do Orgulho Gay, formando assim a Gay Liberation Front (Frente de Libertação Homossexual). Esta teve implicações mundiais, pois centenas de organizações homossexuais começaram a surgir (OKITA, 2007; MACRAE, 2011).

Com isso, as ações da Frente de Libertação Homossexual espalharam-se por outros estados americanos, e assim, surgiram lideranças do movimento homossexual, como Harvey Milk, em São Francisco - um dos poucos ícones do movimento evidenciados na história pela luta em defesa dos direitos de defesa dos homossexuais. Diferentemente dos demais movimentos sociais, os líderes do movimento homossexual foram invisibilizados pela história.

Harvey Milk foi um militante assumidamente gay que se elegeu supervisor em São Francisco, o equivalente a um cargo de vereador no Brasil, torando-se o primeiro homossexual a ser eleito para um cargo público nos Estados Unidos. Porém, só foi eleito após inúmeras derrotas, no entanto, após a conquista, foi assassinado a queima-roupa por outro supervisor que não admitia a ascensão dos direitos dos homossexuais. A vida e o ativismo de Milk se tornaram uma das referências do movimento homossexual no mundo.

As lutas ocorridas em Nova York na Revolta de Stonewall e inspiradas em movimentos europeus anteriores, realizados de maneira mais tímida, acabaram por influenciar o resto do mundo. A América Latina estava entre essas nações, em algumas, as ideias e visões de regimes governamentais mais conservadores impactou de maneira mais intensa e negativa a receptividade das pautas LGBT's como no caso de Cuba, que absorveu os ideais stalinistas. Em locais como o México, Porto Rico e Brasil, os movimentos ditatoriais também foram determinantes para a repressão dessa parcela da população.

Concomitante ao que ocorriam lá fora, as primeiras células dos movimentos de defesa LGBT começou a florescer também no Brasil em pleno calor da ditadura militar instaurada no ano de 1964. Grupos de militância de formação recente devem muito àqueles que iniciaram a

luta em um tempo que uma opinião contrária ao regime político poderia levar a cadeia, as salas de tortura e até a morte e desaparecimento. Na atualidade ainda permanecem misteriosos o paradeiro de pessoas consideradas subversivas aquele sistema.

2.2 A LUTA LGBT CHEGA AO BRASIL

Segundo Regina Fachini (2003, p.83), a fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, foi o grupo SOMOS, formado em São Paulo no ano de 1978. É importante esclarecer que esse grupo adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não só por ser o primeiro grupo brasileiro, mas também, por ser uma experiência marcante na vida das centenas de pessoas que passaram por suas atividades.

Pesquisadores que se dedicaram a estudar esse grupo tomando-o como modelo de militância, além de valorizar sua importância histórica, deve ter o cuidado de analisar como se davam as ligações entre ele e a sociedade em geral, qual era a sua abordagem militante, as suas questões mais específicas, e como os seus integrantes se relacionavam como indivíduos pertencentes a um grupo que lutava por uma causa comum. A autora informa ainda que em abril de 1978 saiu à edição de número zero do “Lampião da esquina”, um jornal homossexual surgido no contexto da imprensa alternativa, que perdurou até 1981.

O grupo era composto totalmente por homens, sua primeira aparição pública ocorreu por meio de uma carta endereçada ao sindicato dos jornalistas em que um nome provisório foi adotado: Núcleo de Ação pelos direitos dos Homossexuais. Posteriormente, em dezembro de 1978, esse grupo foi rebatizado de SOMOS, grupo de afirmação homossexual, mediante convite para participação numa semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, a ser realizada no ano seguinte na USP. A partir desse debate, novos integrantes, inclusive mulheres, entraram no SOMOS e dois novos grupos se formaram: o Eros e os libertos.

É importante evidenciar diante destas informações a pluralidade latente que estava surgindo a partir do pontapé inicial dado por meio da criação de um grupo de afirmação desta natureza. Como já foi mencionada, cada uma das letras da sigla que compõe o movimento enfrenta questões próprias e possuem peculiaridades para além das questões de gênero e sexualidade.

Os grupos pioneiros foram uma espécie de experimento e encorajamento para formações posteriores de novos. Sendo assim, era importante não pensar nos movimentos de minoria como algo único, desprovidos de visões e interesses divergentes, o que, muitas vezes, levava a erros recorrentes. Isso, quando não havia interesse em entender as dinâmicas encontradas dentro da comunidade. Assim como ocorreu a dissolução do grupo SOMOS na cidade de São Paulo, grupos criados em outros estados, também passaram por processos similares, quando as demandas tomavam para novos caminhos.

Entretanto, é importante frisar que fica o legado decorrente das realizações feitas por estes grupos iniciantes, porque deram contribuições valiosas à causa. Quando o grupo SOMOS se diluiu, estava desenhando-se no Brasil, o início da abertura política com questões muito turbulentas na sociedade e na política. Neste período, os grupos oriundos da formação original do SOMOS estavam mais aliados a questões político-partidárias. Pouco tempo depois, começaram a surgir às primeiras notícias sobre a disseminação do vírus HIV, causador da AIDS, doença que passou a ser conhecida como peste gay, começando ali mais uma causa pela qual os movimentos LGBT's passaram a lutar.

Em 1980 foi fundado em Salvador, na Bahia, o GGB (Grupo Gay da Bahia), instituição que criou, em 1991, o prêmio Triângulo Rosa. Esse prêmio é tido como a primeira premiação LGBT no Brasil, e tem como principal figura Luiz Mott, antropólogo, historiador, professor e um dos maiores nomes do ativismo LGBT brasileiro.

O GGB criado por Luiz Mott é responsável por estatísticas estarrecedoras acerca da violência de crimes cometidos contra a população LGBT no Brasil. São crimes de ódio praticados muitas das vezes com crueldade. Mott, também, suscita polêmicas como a defesa da ideia de que figuras históricas como Zumbi dos Palmares era homossexual, criando atritos com líderes ligados ao movimento negro que não são simpatizantes da causa homossexual.

Por outro lado, existem, também, ameaças contra a sua integridade física por conta de suas opiniões e declarações controversas, com alguns de seus detratores duvidando da veracidade das informações contidas nas estatísticas por ele demonstradas. Apesar das controvérsias, Luiz Mott é pessoa pública reconhecida e premiada internacionalmente, e a importância do GGB para o Brasil e principalmente para o Nordeste traduz-se nas inspirações que culminaram na criação de vários destes grupos em outros estados.

No entanto, dada à época em que os primeiros ideais de movimento de luta LGBT chegaram ao Brasil, os movimentos concentraram-se no eixo Rio-São Paulo, ainda segundo Regina Fachini (2003, p.111) já no fim dos anos 90, a ABGLT (Associação brasileira de gays,

lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) criada em 31 de janeiro de 1995, visando promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos deste grupo contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, no ano de 1998 listou a existência de 68 grupos ou organizações do movimento homossexual em todo o Brasil.

Dividiam-se, dessa maneira, no Sul (14%) Norte (4%) Nordeste (26%) Centro-Oeste (12%) e sudeste (44%) a autora aponta que não houve apenas um aumento quantitativo, mas uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação, além da presença de novos “atores” que em suas atribuições também contribuíram com a causa.

Segundo Alana Rodrigues Bezerra et al., no artigo: movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri, ela defende que o programa Brasil sem homofobia deu a classe LGBT muitas conquistas, foi uma articulação entre governo federal e sociedade civil organizada que objetivava a educação e a mudança de comportamento de gestores públicos, pode-se entender que enquanto houver cidadãos sendo discriminados por qualquer característica, grupo ao qual ele pertença ou quando qualquer direito seu seja ferido ou negado, fica impossível avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Um dos símbolos que mais representa a diversidade da comunidade LGBT é o arco-íris, cada cor presente na bandeira criada por Gilbert Baker nos EUA continha oito cores, significando: sexualidade (rosa), vida (vermelho), cura (laranja), sol (amarelo), natureza (verde), arte (azul), harmonia (índigo), foi pensada assim para dividi-la uniformemente pelas ruas, a bandeira atual traz seis cores.

No Nordeste um dos grupos que pode ser citado é o Grupo de apoio a livre orientação sexual do Cariri-GALOSC, que tem em sua composição ex-integrantes de uma associação anterior, são um grupo de ativistas que se organizaram com o intuito de promover e organizar ações de combate à homofobia, defesa dos direitos humanos LGBT, e prevenção do HIV-AIDS, atuam na região com ações políticas tais como: paradas pela diversidade sexual, seminários, ações educativas, elaboração de cordéis e “mangás”, campanha de prevenção do HIV-AIDS.

A partir destes dados trazidos, é possível compreender que a luta inicial desses grupos no Brasil ainda no final da década de 70, alastrou-se pelo país, cada estado com suas necessidades e peculiaridades começavam a levantar suas vozes em prol de seus direitos, algumas questões comuns a todos os grupos nacionais eram mantidas, tais como reconhecimento, dialogo com o poder público e com a sociedade, busca da conscientização das pessoas para enxergar o que esses militantes estavam lutando e assim mostrar que eram e

são movimentos sociais legítimos como quaisquer outros, para isso era necessário clareza no que se buscavam, as pautas que sobressaíam sendo as mais urgentes, com isso essas formações ganhavam mais destaque em detrimento de outras por conta de um trabalho levado de maneira mais clara e objetiva.

A região na qual um grupo destacava-se servia de inspiração a seus vizinhos territoriais, pois a troca de conhecimentos e experiências permitia o fortalecimento e o aprimoramento de maneiras de lutar pela causa, os avanços serviam como sinalizadores do progresso conseguidos através da luta árdua de todos os envolvidos. Na Bahia, no município de Vitória da Conquista, o nascimento do grupo Morgana Mix é de formação recente o ano era 2003, a partir de uma reunião despretensiosa de jovens gays e lésbicas, à medida que as reuniões ganharam contornos mais sérios, essas pessoas passaram a discutir pautas acerca de políticas públicas com foco nesse público frisando a necessidade de legislação protetiva ao direito a diversidade.

Diante disso, é importante citar que já na época do surgimento desse grupo em um pequeno município de um estado do Nordeste brasileiro, a preocupação com legislações que coibissem ataques e assegurassem direitos básicos a qualquer cidadão, que eram negados a pessoas LGBT já eram pautas nas discussões destes, vale também lembrar que nesse período a criminalização da homofobia ainda era um sonho distante, nesse ponto, o avanço de outros grupos sociais tidos como minoritários estava mais avançado, podendo citar as leis punitivas contra aqueles que praticassem os crimes de racismo e injúria racial, bem como a Lei Maria da Penha já engatinhava na defesa das mulheres vítimas de agressão domésticas sofridas por parceiros violentos, eram pautas que permitiam aos grupos embora com suas peculiaridades pudessem ser solidárias as causas daqueles que socialmente estavam na mesma posição subjugada.

No município de Vitória da Conquista, acima citado grupo, destaca-se o nome do professor universitário da UESB, Adão Albuquerque, professor, radialista e ator, que possui papel significativo na luta contra a homofobia por meio da arte, da política, da educação e da comunicação. Outro destaque a ser citado, é de Allan Kardec, fundador do grupo ACRÓPOLE, ele exerceu a articulação do processo de ativismo pautado na reflexão crítica como ponte para estabelecer uma organização coesa das pessoas LGBT, ele foi influenciado e incentivado pelas reflexões acerca do que defendia Luiz Mott, um dos militantes LGBT's mais aclamados no Brasil.

Essa organização detém também um fato interessante em seu currículo, ela foi a primeira a ter um órgão específico de combate a LGBTfobia no estado da Bahia, inaugurando assim o NUDH (Núcleo de direitos humanos de prevenção e combate a homofobia), fundado por iniciativa da prefeitura de Vitória da Conquista no ano de 2010, tornando-se posteriormente a coordenação de promoção de direitos LGBT, sendo referência pioneira no atendimento da agenda LGBT no estado da Bahia, lá havia atendimento psicológico, assistência social, e assessoria jurídica, esse diálogo com a sociedade civil e o estado impulsionaram a realização da primeira parada do orgulho na cidade.

Os grupos, Acrópole, Safo e Morgana Mix ganharam graças a seus trabalhos realizados de maneira bem construída, fato esse que conseguiu frutificar ótimos resultados, prova disso é a aceitação do movimento em um município pequeno, locais costumeiramente conservadores principalmente no que tange os costumes e possuidores de certo ar de moralidade. Havia apoio, como também havia que se o pusesse a esses eventos. Conscientes disto, os militantes estimulavam o comparecimento de famílias, visando principalmente resolver questões de conflitos familiares decorrentes do preconceito contra os cidadãos LGBT.

Descende desses momentos, conquistas preciosas para a sociedade LGBT de Vitória da Conquista, o decreto municipal n.º 14.273/2012, que instituiu o uso do nome social às pessoas travestis e transexuais nos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, Indireta, Autarquia, Fundações, nas Instituições Públicas Municipais de Ensino da cidade de Vitória da Conquista (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2012) além de avanços como o primeiro casamento civil homoafetivo do interior da Bahia (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2013), a cela especial para LGBT no Conjunto Penal em Vitória da Conquista, contemplando a Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNCD/LGBT, De 15 de abril de 2014) Ainda a criação da Coordenação de promoção da cidadania de direitos LGBT mediante Lei Complementar n.º 1.986/2014 que alterou a estrutura administrativa da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2014).

Seguiu-se a estas conquistas uma forte onda contrária à luta desta classe, ocorreu de maneira sincronizada ao golpe que depôs a presidente Dilma Rousseff de seu cargo em 2016, e a ascensão do conservadorismo apoiado em valores autoritários, todavia, isso não apagou a contribuição e muito menos o legado da população LGBT de Vitória da Conquista no cenário nacional no que concerne a descentralização do movimento no eixo Rio-São Paulo e também

como luta específica desse grupo social para a população brasileira na totalidade, pois onde um foco de mudança e progresso acontece, ele reverbera para que mais outros levantem cada vez mais, mostrando que a luta é contínua e que embora coisas muito positivas sejam conseguidas, o caminho a ser percorrido ainda é longo, pois a todo o momento, principalmente em épocas de polarização política nascem e crescem correntes filosóficas que tem entre suas finalidades retardar os processos de conquista de direitos e até mesmo de fazer com que eles parem e desapareçam em sua totalidade.

Infelizmente, leis que condenem os crimes de LGBTfobia ainda são simples entendimentos do STF, a todo momento as conquistas alcançadas são covardemente atacadas e ameaçadas de anulação essa luta é mais antiga do que se imagina, mesmo tendo o final dos anos setenta do século passado (1978), os primeiros passos dessa luta datam de décadas atrás em solo brasileiro.

Destaque para Belo Horizonte, Capital do estado de Minas Gerais, os primeiros vestígios de luta por uma sociedade mais receptiva e simpática aos cidadãos LGBT, embora o grupo SOMOS seja oficialmente a primeira organização LGBT brasileira, um conjunto de fatos anteriores a sua formação também merece o reconhecimento, partindo-se do pressuposto de que tudo é um processo e nada é algo criado por obra do acaso, essas “sementes” já começavam a germinar em tempos passados, segundo Luiz Gonzaga Mourando Queiroz em seu artigo Vestígios do Pro-ativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996).

O material escrito pelo autor é resultado de informações colhidas em diversos veículos de mídia no recorte temporal anteriormente mencionado, são eles: acervos pessoais, relatos orais, materiais de divulgação dos espaços de sociabilidade, assim como também jornais, boletins, revistas, ocorrências policiais, atos judiciais de eventos criminais e a produção artística com foco nesse segmento, para sistematizar isso, o autor divide em três períodos o modo como é dividido a narrativa abordada, a primeira é denominada proativismo proposta por Rita Colaço Rodrigues (2012), que compreende o período que vai de 1950 e prolonga-se até 1996.

Já o segundo momento, nomeado de estabilização, se caracteriza pelo surgimento e consolidação dos primeiros grupos LGBT organizados na cidade de Belo Horizonte que compreende o ano de 1996 e estende-se até 2007, e finalmente o terceiro momento que nomeado rizoma, onde ocorre o fortalecimento do discurso e a formação de conexões com outros movimentos de maneira consistente, isto é, de 2008 em diante.

As fontes utilizadas são diversas e entre elas estão presentes: reportagens (sobretudo as policiais e as que cobriam eventos culturais) notas (entre colunistas e cronistas sociais), entrevistas, artigos de opinião, crônicas, cartuns que refletissem direta ou indiretamente as formas de sociabilidade do segmento na cidade, o farto material reunido foi recolhido em nove jornais diários (Estado de Minas, Diário da Tarde, Diário de Minas, O Diário, Folha de Minas, Jornal de Minas, Correios de Minas, Correio do Dia, Tribuna de Minas), três revistas de periodicidade variada (Três tempos, Alterosa, Arcaica) e o semanário Binômio, além do registro fotográfico de 11.500 fotografias, onze entrevistas com pessoas que relataram suas experiências e vivências entre o final dos anos 60 e final dos anos 80, pesquisa bibliográfica sobre a cidade no período em questão e sobre a história do movimento LGBTQIA NO país.

Ademais, o primeiro traço de proativismo caracteriza-se por uma rede de sociabilidade aparentemente difusa com a finalidade de formar uma associação, uma reunião entre menores foi dissolvida pela polícia, deve atentar-se para que assim como em Stonewall, sempre se faz presente a ação do estado repressor tentando dissipar qualquer luta por direitos que partem de sujeitos marginalizados e criminalizados pela sociedade, relegados à clandestinidade, situações como as abordadas nos trechos anteriores e em trechos a seguir eram corriqueiras e nada podia ser feito quanto a isso.

Os jornais traziam em suas reportagens o relatório das atividades desempenhadas pela Delegacia DE Menores em 1958, ao que parece esses policiais realizavam “batidas” em vários pontos da cidade, em especial no Parque Municipal, onde impediram a “fundação de um clube de degenerados” essa foi a primeira vez que a polícia identificou e a imprensa divulgou a intenção do que foi declarado como fundação de um clube, de uma associação.

Uma segunda tentativa de constituir uma associação se deu com o fechamento da primeira boate exclusiva para a frequência de homossexuais em dezembro de 1964 após denúncias de vizinhos, a polícia fechou o Entend’s Bar localizado no Bairro Suíça, seu gerente Geraldino Chamarmum foi preso e processado por corrupção de menores, em seu depoimento prestado no inquérito policial, ele explicou a intenção de transformar o Entend’s Bar em Entend’s Club, constituídos por cotas de associados permanentes.

Pertence ao grupo Terceiro Ato, o destaque na formação de uma organização que pudesse atender aos apelos mais urgentes desse grupo social, mesmo não tendo chegado a uma formalização legal, de acordo com Sérgio Leite, remanescente do grupo, ele afirma que as ações sempre foram informais, pois não foi possível a obtenção de um C.G.C (Atual CNPJ), nome de destaque nessa luta foi de Edson Nunes, ele conheceu alguns integrantes do

extinto grupo Terceiro Ato, em 1980 em São Paulo, ele formou núcleos pequenos de homossexuais em torno de si, os dois primeiros tiveram existência breve, um deles era o Movimento Viva o Amor organizado em 1982 dentro do Partido dos trabalhadores (PT) para de unir aqueles que colaborassem com o jornalista em sua campanha para deputado federal, Edson não foi eleito e logo o grupo se desfez, no ano de 1984.

Mais tarde, surgiu então o Núcleo Gay do PT, também de curta duração, que, no mesmo ano, manteve a coluna. Chegou ao suplemento Jornal de Domingo do Diário de Minas e fundou o Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos dos Homossexuais (MMDDH), que agiu até 1987. Essa organização ganhou relativa projeção nos jornais da época e destacou-se mais por algumas ações de enfrentamento durante a eclosão da epidemia de HIV/AIDS.

Os fatos anteriormente mencionados foram realizados por pequenas formações de homossexuais masculinos e femininos, apontam para que aqueles aglomerados de vozes sócias que não foram reverenciados pelo tempo mediante gerações posteriores merecem respeito, gratidão e reverência pelos grupos da atualidade, pois cada ação, cada reunião, cada proposta de mudança, toda e qualquer discussão mesmo inserida em um recorte histórico específico pode e deve ser usada para girar a roda da militância, embora houvesse interesses pessoais motivando algumas decisões e ações, no fim das contas eles acabavam convergindo em algo utilizado para o bem comum de todos que faziam parte destes grupos.

Para além de suas riquezas naturais e sua exuberância, o estado de Minas Gerais, em especial sua capital, guarda histórias de lutas diversas, e com relação à comunidade LGBT não poderia ser diferente, no capítulo IV (2007, p.137).

Segundo Frederico Viana Machado, em sua dissertação “Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado” o autor narra acerca das violências psicológicas e físicas a que travestis e transexuais experimentam desde a mais tenra idade, cita sobre a prostituição que acaba por se tornar seu único espaço de trânsito identitário e explica a omissão do estado para com elas, além da violência policial criminosa e extorsiva, sendo assim, a construção de suas identidades dá-se através de suas redes de solidariedade mútua, o que não impede que este segmento seja tomado pelo isolamento e solidão.

A sociedade ainda possui uma visão negativa com relação a elas, fazendo ligação de sua imagem à criminalidade nas mais variadas formas. Infelizmente a letra T sofre retaliações até mesmo dentro da comunidade LGBT, sendo que esta deveria ser a que mais acolhe a todos respeitando suas especificidades e singularidades presentes no direito de ser, e nas

necessidades mais inerentes a cada letra da sigla, não é possível homogeneizar suas vivências, assim como não é possível fazer o mesmo com os outros membros deste grupo, pois a natureza deste já é diversa.

A inserção dos integrantes da letra T no mercado de trabalho é extremamente restrita (CARVALHO, 2006), bem como o acesso aos sistemas de educação e saúde, o que traz profundas especificidades e complicações na apropriação do espaço público e consequentemente, ao engajamento político (BARBOSA E SILVA, 2005).

As questões que derivam do reconhecimento institucional, tais como a troca de nomes e o uso de fotos em documentos (PERES, 2006) e o uso de banheiros públicos (SERAFIM E SILVA, 2006), são exemplos das complexidades sociais que provocam humilhação e comprometem a cidadania dos transexuais e travestis.

Os espaços públicos ocupados por elas apresentam muitos riscos, tais como conflitos, crimes, terror, DST'S, drogas e corrupção policial (FERREIRA, 2003b). Ao serem vistas nos espaços públicos, “as travestis são constantes motivo de estranheza, de mal-estar social, porque põem em xeque as normas de conduta que organizam e harmonizam a sociedade segundo o catecismo da heterossexualidade obrigatória” (BARBOSA E SILVA, 2005, p. 42).

A questão envolvendo a letra T da sigla causa comoção na própria comunidade dentre diversos fatores, por ser uma questão de quebra de paradigmas de gênero, por fugir do binarismo masculino e feminino, por pertencer a uma seara que ultrapassa as questões afetivo-sexuais, portanto se abre precedente para uma discussão de até onde a comunidade pretende ir unida, quais lutas são comuns a todos e quais são mais específicas, sem sombra de dúvida, é um desafio que vai desenvolver e se desenrolar na prática para poder haver pontos fortes que liguem todos os interesses peculiares e converta-o em um interesse comum.

Esses interesses não são exatamente cisões dentro da comunidade LGBT, porém há de ser ter muita cautela para não perder o foco, a luta deve se guiar pelo princípio da liberdade, principalmente, a liberdade política, a possibilidade ser visto e tratado como um cidadão com direitos e deveres, não se trata de maneira alguma, querer privilégios que os coloquem como seres superiores acima do bem e do mal, e sim de garantias que assegurem que a comunidade não sofrerá retaliações apenas por existir e construir laços afetivo-sexuais e famílias com conjunturas diversas, diferente da família nuclear tão propalada como único modo sadio e correto de ser, se há necessidade de leis que punam agressores que utilizam de LGBTfobia, é porque as leis que já existiam, não possuíam essa especificidade mais do que necessária, seria algo como os direitos humanos e a constituição federal brasileira de 1988 assegurasse que

“Todos os cidadãos são iguais e livres em direitos e deveres”, mas que, na prática, pode verificar o contrário, onde direitos primordiais são desrespeitados como, por exemplo, o fato de algumas mulheres ganharem menos que os homens exercendo a mesma função, ou até mesmo casos de discriminação por etnia, crença religiosa ou lugar de origem.

Diante deste contexto, fica evidente o diálogo entre os grupos LGBT's e os grupos defensores dos outros movimentos e demandas sociais, são eles os movimentos feministas, os movimentos raciais, indígenas... Essas ligações não só fortalecem a luta de cada um como abrangem os integrantes atravessados por mais de uma luta, uma mulher transexual negra, por exemplo, está presente em três lutas, a de gênero que no caso é feminino e luta contra o machismo e a misoginia, o movimento transexual que por vezes fica na periferia das questões LGBT e também o racial, enfrentando as questões de discriminação por conta de sua etnia em todos os níveis, desde a falta de oportunidade no mercado de trabalho até casos de injúria racial ou racismo.

Há bastante tempo dentro do movimento, uma discussão acerca da hierarquização dentro da comunidade, com as mais variadas letras da sigla reivindicando o protagonismo da luta e os créditos que estes julgam merecer, alguns alegam que o início das lutas da militância era essencialmente masculino, essas críticas encontram fundamento, por exemplo, na mudança da posição de certas letras, onde antes era GLBT, passou a ser LGBT, colocando as lésbicas em posição de destaque.

Na atualidade é polêmico o aumento de certas letras e surgimento do símbolo de adição, passando-se a ler LGBTQIAPN+, esse símbolo ao menos em tese pretende denotar uma fluidez de gênero e orientação sexual, e é constantemente atrelada a modismo por parte das gerações mais antigas em relação as mais jovens, a preocupação maior dos que são contrários a esse aumento desenfreado de caracteres é a fragilidade das pautas que terminam por descaracterizar o movimento e enfraquecer a luta por questões que são mais palpáveis e sérias.

Não é possível, pelo menos por enquanto, dimensionar até onde esse alargamento identitário levará as questões LGBT, seria necessário um distanciamento temporal para analisar esse fato de maneira mais abrangente, na era da informação, as ideias e ideais de todos os campos de discussão e expressão humana envelhecem muito rápido, assim como nos primórdios do movimento e dos grupos anteriormente já mencionados, a prova do tempo é quem dirá o que vai perdurar e o que vai perder-se, nessa longa jornada em busca de uma cidadania plena para esse recorte populacional, muitos grupos e projetos de melhoria ficaram

pelo caminho, às vezes completamente soterrados pela história, restando “apenas” suas breves contribuições ao painel de uma historiografia LGBT.

“Em um dado momento, os caminhos de atuação militante tomaram outro rumo, o foco passou a ser outro” de acordo com Glaucia da Silva Destro de Oliveira em sua resenha sobre o livro *Na trilha do arco-íris* (2009, p. 378).

Para o triângulo rosa-movimento que faz parte da “segunda onda” - por exemplo, a dinâmica de reuniões e atuação do grupo SOMOS tinha o caráter de terapia caracterizada pela autoajuda, atribuindo-lhe certo tom apolítico. “Sua ação está voltada para a instância institucional e sua atuação reside junto ao Legislativo e ao Judiciário”.

A partir da fala da autora é possível depreender que a partir de um determinado ponto, houve ressignificações, renegociações políticas e diálogo com a sociedade, somam-se isso ao fato de que as trocas de vivências com o internacional tornaram-se mais intensas, produtivas e mais rápidas e também a figura do LGBT passou a ser ganhando financeiramente a atenção das marcas que colocaram esse público entre suas prioridades, traduzido pela expressão *Pink Money* (dinheiro rosa) surgida em São Francisco, localizada no estado americano da Califórnia nos anos 60.

Com a queda da mídia alternativa no Brasil, o movimento LGBT precisava de outro canal onde pudesse disseminar suas questões, em meados dos anos 80 com a eclosão da epidemia do vírus HIV/AIDS, a *medicalização* da sexualidade foi uma realidade crescente, de um lado os grupos de militância querendo dissociar a doença da sexualidade, do outro a sociedade querendo a resolução de um problema de saúde pública que assolava o mundo inteiro e que ainda era alvo de muito desconhecimento e medo, a comunidade estava no centro das atenções, dessa vez não pelos melhores motivos, mas por ser associada erroneamente como vetor de uma moléstia que tirava a vida de seus infectados em poucos meses carregando uma imagem frágil e debilitada, essas pessoas além dos terríveis sintomas físicos ainda sofriam com o peso do julgamento social, o estigma do “degenerado” que pagava com a própria vida, seu comportamento degenerado.

Figuras públicas do entretenimento acometido pela doença escondiam até onde se podia seus diagnósticos, sendo o cantor e compositor Cazuza um dos exemplos mais significativos daquela realidade e do sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho, esse último na condição de pessoa hemofílica contraiu o vírus em uma das transfusões de sangue que realizava e lutou até seu falecimento no sentido de conscientizar a população sobre a realidade dos portadores do vírus.

É, inclusive, o campo artístico que tomou para si, uma fatia considerável da militância e das discussões acerca do tema, quando na época da repressão grupos musicais como os “secos e molhados” encabeçados pelo cantor Ney Matogrosso tomaram de assalto às atenções da mídia nacional em um período de franca ascensão e manutenção da ditadura militar no país, as apresentações eram feitas de maneira sensual, com os integrantes portando roupas lidas como do universo feminino, maquiados e com Ney rebolando e encarando a câmera, o grupo em sua formação inicial foi um verdadeiro estouro na mídia tradicional, discutia de maneira sarcástica os papéis de gênero e sexualidade impostos pelo patriarcado.

Os Dzi-Croquettes foram um grupo de teatro e dança que surgiu em 1972 e perdurou até 1976, traziam espetáculos que faziam críticas ao regime militar sendo censurados por diversas vezes, suas apresentações eram feitas em tom satírico, visual exuberante, maquiagem pesada e trajes femininos, esses grupos de música, teatro e danças também podem ser enquadrada como grupos de militância, pois utilizavam da notoriedade que possuíam para fazer a diferença e lutar pela causa sabendo que as consequências poderiam ser muito graves.

A arte em seu sentido contestador tem poder de mudança de pensamento e conscientização da sociedade, ela trabalha essencialmente com desconstrução de conceitos arraigados, não possui dogmas e está em eterno processo de resignificação, possui variadas formas de existir, sendo elas: literatura, música, dança cinema, artes plásticas, pintura, etc.

Surge nesse período à literatura da escritora lésbica Cassandra Rios que teve vários de seus livros censurados, é interessante perceber e discutir que sempre houve contribuições diversas a causa LGBT no campo artístico provenientes das identidades sedimentadas até então, artistas gays, lésbicas e bissexuais podem ser encontrados como autores de obras desse período, outros integrantes do movimento como os intersexo (outrora chamados de hermafroditas) e os transexuais ainda tinham aparições muito tímidas nesse meio naquela época.

Sua realidade social, principalmente em se tratando de pessoas transgêneros jogavam para a invisibilidade, suas existências, e com isso todos os outros campos eram igualmente apagados, não são muito expressivos o número de obras produzidas por estes em períodos de um passado recente a contemporaneidade faz essa espécie de reparação histórica, dado o número crescente de transexuais masculinos e femininos principalmente, ocupando espaços na mídia sendo ela na música, na TV, e na política, podendo ser citados os casos das deputadas transexuais Érika Hilton e Duda Salabert, ávidas defensoras da comunidade frente ao machismo, as fobias e os retrocessos que tenta imputar contra os LGBT's desde que a

extrema-direita assumiu as rédeas do poder executivo no Brasil, representados pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, seus eleitores são dotados de ideais conservadores, antiprogressistas e Anti-LGBT, munidos da falácia da Ideologia de Gênero elegeram para as casas legislativas, aqueles que compartilham dos seus mesmos pensamentos.

Mesmo após a derrota de Jair Bolsonaro nas últimas eleições presidenciais, toda aquela corrente filosófica implantada em seu governo permanece no centro das discussões acerca deste e de outros temas caros a sociedade, seu governo pode ser apontado como o mais contrário a essa questão LGBT em uma história mais recente, de maneira explícita quando ainda era candidato, Bolsonaro emitia opiniões polêmicas sempre carregadas de muito ódio e ressentimento, encontrando eco naqueles que pensavam da mesma forma, mas que não tinham um “porta-voz” que pudesse colocar em palavras o que eles realmente pensavam, sendo assim, aumentaram os casos de racismo, classismo, preconceito contra nordestino, pessoas de periferia e até casos de xenofobia contra estrangeiros oriundos de países em crise econômica que vinham até o Brasil tentando escapar da fome, desemprego e tantas outras mazelas sociais, venezuelanos, bolivianos e outros povos são discriminados e rechaçados pelo cidadão brasileiro de bem, modelo cristão tradicional, questões diversas como a legalização do aborto e da liberação do uso de drogas também eram alvos de debates acalorados em um ambiente social hostil e extremamente polarizado.

Com a expansão do movimento LGBT no mundo e na chegada ao Brasil, o processo de disseminação ocorreu de forma gradual nos mais variados cantos do país de proporções continentais, fato esse que explica o pioneirismo do eixo Rio-São Paulo, para só então migrar para outras regiões, como a Região Nordeste, no Piauí.

Assim como aconteceu em outros locais, as primeiras tentativas de fazer algo que tratasse abertamente destas questões, algo que buscasse falar de cidadania LGBT tiveram curto período de duração, porém é inegável a sua indispensável contribuição para a formação de outros núcleos como esse, os grupos GAPA e Grupo FREE criados no município de Teresina tinham como objetivo chamar a atenção da sociedade para a formação de uma identidade homossexual livre de estigmas e discriminação em território piauiense e foi indubitavelmente inspiração para quem no ano de 2002 surgisse o grupo Matizes, que desde então luta pelos direitos LGBT e já conseguiu muitas vitórias nesse sentido.

Aliados ao poder público e com uma capacidade incrível e articulada de barganhar com esses agentes, o grupo Matizes por sua contribuição a essas pautas torna-se personagem principal desta história, seus integrantes são reconhecidos por sua articulação e luta ferrenha,

principalmente, a pessoa de Marinalva Santana que com sua bravura não se acovarda nem mesmo diante das ameaças inclusive de morte, que já sofreu as ações propostas por este grupo são variadas e dialogam tanto com o poder público, quanto com a sociedade em geral no intuito de erradicar a LGBTfobia da sociedade piauiense, várias iniciativas foram e continuam sendo tomadas no sentido de literalmente legislar sobre as pautas desse grupo social.

Embora sua sede esteja localizada no Município de Teresina, capital do estado do Piauí, as ações do grupo objetivam atingir a todo o estado e é claro dialogar com os estados vizinhos e com o restante do país, para isso, foi necessário aglutinar em torno do grupo, pessoas a quem foram delegadas funções específicas e vivências como cidadão LGBT. São bastante notórias as campanhas, os projetos eventos em várias épocas do ano que fazem com que a sociedade volte à atenção para essas questões, a questão da violência é um dos temas recorrentes destes momentos, assim como também o direito a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos, o direito a união estável e, por conseguinte, o direito previdenciário em caso de morte de um dos cônjuges, bem como o direito a retificação dos nomes em documentos de pessoas transexuais e também trata do acesso à saúde por parte destes.

O grupo Matizes, portanto, teve sua fundação no dia 18 de maio de 2002, e desde essa data, se firmou como a ONG mais proeminente no segmento, não que não haja outras, eu também contribuí com a causa no município de Teresina, porém o Matizes já obteve tantas conquistas e inclusive foi premiado que fica praticamente impossível não ter ele como referência maior no estado do Piauí, obviamente vários esforços devem ser empreendidos no sentido de sempre otimizar e melhorar os trabalhos, até mesmo para inspirar o surgimento de outros grupos de igual teor, mas o que já foi conseguido deve ser celebrado e também é motivo de orgulho, ganha com isso a sociedade teresinense, piauiense, brasileira e mundial, na luta por um amanhã sempre melhor e mais inclusivo para todos.

3 O ARCO-ÍRIS COMEÇA A BRILHAR NO CÉU DO ESTADO DO PIAUÍ

O enfoque do segundo capítulo ambiciona abordar sobre como as lutas da comunidade LGBT que aconteciam em sincronia ao redor do mundo, e no Brasil, chegaram ao estado nordestino protagonista do presente trabalho acadêmico, para que isso seja possível, foram levantadas fontes diversas, que se centralizassem sobre o trabalho do grupo Matizes situado no município de Teresina, assim como também foram feitas pesquisas por meio de outros grupos anteriores que desempenhavam o mesmo papel, ou seja, militar pelos direitos dessa parcela da população historicamente marginalizada.

E assim, fazendo reverência e referência ao trabalho árduo daqueles que ao longo da história contribuíram de maneira significativa e indispensável para que barreiras fossem quebradas e assuntos relacionados à causa fossem ao menos discutidos.

O grupo matizes surgido em 18 de maio de 2002 na cidade de Teresina, capital do Piauí, vem desde sua formação se articulando junto a personalidades da política do estado a fim de garantir leis que assegurem os direitos básicos da comunidade LGBT, expandindo-se inclusive para municípios do interior do estado, fruto de um legado de reivindicações da classe e do legado de outras duas Ongs que também tiveram seu surgimento nessa cidade, pegando-se o recorte histórico do ano de 2002, em que o país era presidido pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva, a sua principal articuladora a professora Marinalva Santana juntamente com os outros membros enxergaram uma abertura no que concerne essa questão e afetados pelo que ocorria no estado do Piauí deram início a formação do grupo com o foco principal em políticas públicas que assistissem às necessidades específicas dos seus.

A contemporaneidade, que desconhece os modos de agir e pensar da sociedade de outrora, deve ser colocada a par de como se davam os acontecimentos em épocas outras. Conquistas que hoje parecem simples foram galgadas à custa de muita luta, sangue, suor, lágrimas, diálogo e persistência, pois o apagamento e silenciamento de grupos que não detém o poder continuam na atualidade. A luta arrefece, porém, não se extingue por completo.

No trecho abaixo, podemos ver a entrevista cedida pela grande entusiasta e pioneira desse movimento, a grande Marinalva Santana, onde ela responde algumas perguntas para a Revista Revestres. Vejamos:

André – O movimento LGBT do Piauí é referência para muitos lugares no Brasil, especialmente pelas conquistas na área jurídica. A que você atribui essa posição de vanguarda?

MS – O Piauí é um estado paradoxal. Às vezes é província, mas tem se mostrado bastante aberto para o debate sobre os temas LGBTs. Acho que a militância, tanto do Matizes como de outros grupos, tem papel importante nisso. No Matizes fizemos a opção de ser um movimento social, com autonomia política.

André – Como você enxerga a atuação dos movimentos sociais hoje no Brasil?

MS – Parte significativa da militância social em todo o país tem ligação com o Partido dos Trabalhadores. Então, desde a ascensão do PT ao Governo Federal, o movimento se retraiu. Hoje, o movimento social está de cócoras a nível nacional e isso se reflete em todos os estados. Muitas pessoas pensam que fazer movimento é barganhar um cargo, uma comissão, se autointitulam militantes, mas são do movimento social só até conseguirem uma migalha.

André – E como você avalia a importância dos direitos adquiridos a partir do reconhecimento das uniões estáveis?

MS – Até bem pouco tempo, o estado brasileiro negava aos homossexuais e transexuais mais de 50 direitos que são gozados há muito tempo por héteros. Com o reconhecimento das uniões estáveis, muitos dos direitos que eram negados foram incorporados. Vou contar um drama pessoal que exemplifica: eu tive uma relação por dez anos com minha primeira companheira. Quando a gente se separou, ela se relacionou com um juiz de direito e teve uma filha. Aí depois a gente reatou e a filha dela era a nossa filha. Eu era a mãe afetiva. Um tempo depois se descobriu uma má formação no cérebro de nossa filha. Ela ficou internada e fez várias cirurgias, terminando por falecer em 2007. Foram dois anos de drama. A mãe dela teve direito a licença médica pra ajudar a cuidar e eu não tive, embora a criança tivesse uma ligação forte comigo. Um dia eu estava na UTI com minha filha e o pai dela chegou para visitá-la. Como só podia ficar uma pessoa na UTI, ele invocou a condição de pai e eu tive que sair. Quando a criança faleceu, eu não pude ter licença luto. Então são vários dramas, por negação de direitos, que permeiam a subjetividade das pessoas e a sociedade precisa conhecer pra saber a dor que se sente. Já avançamos muito, mas não é fácil porque muitos homossexuais inclusive desconhecem os direitos que já garantimos.

Samária – Você fala nos avanços, mas recentemente um relatório da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos apontou Teresina como a cidade do Brasil que mais mata por homofobia. O que podemos pensar sobre isso?

MS – Eu penso que não se pode pegar um dado apenas e dizer que Teresina seja a cidade que mais viola os direitos ou a que mais pratica discriminação contra LGBT's. Podemos interpretar de outra forma: Teresina pode ser a cidade onde as pessoas se sintam mais encorajadas a denunciar atos de violência contra homossexuais. Existe violação de direitos sim, até alimentada pela falta de políticas públicas, mas por conta da visibilidade que alcançamos, a homossexualidade é assunto recorrente na mídia, nas universidades, e eu penso que isso encoraja as pessoas a denunciarem atos de violência.

Noronha – Por que os crimes contra homossexuais costumam ser tão violentos?

MS – Os crimes com motivação homofóbica acontecem realmente com requintes de crueldade. Penso que isso tem a ver com a educação que as pessoas recebem uma educação que tende a alimentar a intolerância. O discurso religioso que vê a homossexualidade como um pecado também ajuda a alimentar o ódio doentio. Impedir as pessoas de decidir sobre o corpo, viver sua sexualidade, é uma violência. A religião deve ter o papel de tornar as pessoas melhores, mais humanas, sensíveis. Usar a fé para justificar um discurso intolerante é uma distorção da religião.

Nayara – A Câmara de vereadores de Teresina votou contra um projeto de lei que permitiria o uso do nome social dos travestis e transexuais. As decisões sobre as questões que dizem respeito aos LGBTs costumam enfrentar resistência das chamadas bancadas religiosas. Qual o peso que esses políticos têm sobre o movimento?

MS – De toneladas (risos). Os fundamentalistas religiosos legislam com a mão em cima da bíblia, o que é um equívoco. Eles têm que legislar pra toda a sociedade e têm que pensar numa cidade plural. Antes essas pessoas ficavam mais envergonhadas de se falar “bancada religiosa”. Hoje se diz isso como se fosse algo positivo. Que coisa bizarra você ter uma bancada evangélica, católica, seja que religião for num país que se diz laico!

Noronha – Sobre a posição do Marcos Feliciano e da bancada religiosa ligada a ele, você considera que seja apenas uma questão religiosa ou tem algo mais por trás disso?

MS – Eu não gosto de falar o nome dele porque acho que uma das coisas que o movimento LGBT e o movimento social como um todo falharam foi

em dar muito ibope pra esse rapaz. Ele é um parlamentar medíocre, era um desconhecido e foi alçada a condição de celebridade. Ele se projetou, começou a se vitimizar e o movimento não soube responder. E não se pode esquecer que há uma grande fatia do eleitorado que é mesmo conservadora e pensa do jeito desse deputado. Ele simboliza um momento de atraso que estamos vivendo.

Nayara – Às vezes o próprio movimento peca quando critica com práticas também homofóbicas: “olha o cabelo dele, olha a sobrancelha, parece que é gay”...

MS – É uma armadilha e o movimento mostra despreparo ao querer descredenciar o outro questionando a sexualidade dele. Falamos em igualdade, mas não somos educados para ter práticas que sinalizem nosso desejo de igualdade. Dentro do movimento LGBT existe homofobia, racismo, machismo, intolerância com a idade. A velhice é um problema. Os próprios militantes têm fetiche com a juventude. O jornalista Irineu Ramos Ribeiro, de São Paulo, que pesquisa a homossexualidade na velhice, diz que quando o homossexual envelhece é obrigado a voltar para o armário. Por quê? Porque o meio LGBT idolatra a juventude. Os gays de mais idade são discriminados, têm dificuldade de estabelecer relações mais estáveis.

Samária – Quando estive no Brasil o Papa Francisco afirmou que a orientação sexual não é pecado, mas os atos sim. Ele disse: “Se uma pessoa é gay e procura Deus e a boa vontade divina, quem sou eu para julgá-la?”. Qual a sua avaliação sobre esse posicionamento do Papa?

MS – Do ponto de vista de retórica é muito bonito. Eu aplaudo o Papa porque acho que foi uma grande sacada do ponto de vista midiático. Mas ele manteve o que a Igreja sempre pensou. De forma inteligente apenas mudou o foco. Afinal o que ele diz? A Igreja não rejeita os homossexuais, rejeita a prática. Então pra eu ser aceita, respeitada na Igreja, preciso deixar de ser lésbica ou viver em abstinência? Até hoje me pergunto sobre aquela frase que ele usou: “os homossexuais não devem ser marginalizados, devem ser integrados à sociedade”. O que significa integrar? É o gay ou lésbica se abster de sua sexualidade para ser aceito? Foi um discurso cheio de labirintos. Mas foi inteligente.

André – Como você vê o papel da mídia e das novelas na construção ou desconstrução de preconceitos?

MS – É fundamental. Nas novelas, até há pouco tempo, os personagens homossexuais eram coadjuvantes ou feitos para provocar risos – o que pode reforçar estereótipos. Hoje a novela *Amor à Vida*, da forma como está tematizando, presta um papel relevante no sentido de desconstrução de estereótipos. Algumas pessoas ainda reclamaram que o personagem Félix é um vilão. Ora, mas tem gay que é vilão mesmo! Você não pode ficar dourando a pílula. O movimento tem que sair da postura sempre armada e carrancuda. Nós passamos de um momento em que esses temas eram jogados pra debaixo do tapete e estamos no momento em que o debate está posto na sala. A crítica que eu posso fazer a mídia é sobre a perspectiva de abordar a homossexualidade como “o mercado gay”. Às vezes se generaliza a ideia de que o gay tem poder de consumo. Existe uma parcela que tem mesmo, mas tem muito gay que tá na periferia, pegando porrada, sendo discriminado, desempregado, sendo expulso de casa, deixando de freqüentar a escola por conta de *bullying*.

Nayara – Existe diferença de aceitação do homossexual entre as famílias com maior ou menor poder aquisitivo?

MS – Tem uma pesquisa do professor de antropologia Fabiano Gontijo que revela que as famílias de periferia têm menos dificuldade de lidar com esse debate, é mais comum que eles aceitem e respeitem o filho LGBT que as famílias de classe média. Por quê? Qual o perfil da classe média brasileira? Ela vive muito de aparência. Ter um filho gay é entendido como desonra, vergonha. A classe média, de modo geral, dá mais importância ao “o que vão falar de mim”. Na periferia a noção de intimidade é diferente. Enquanto a classe média se enclausura em condomínios com muros, a periferia é todo mundo na calçada, casa geminada, até mesmo por conta do espaço.

Samária – E como foi pra você, na sua família?

MS – Ah.... Como todas... é um processo difícil de vivenciar. (O pai de Marinalva, que chegara a pouco e escuta parte da entrevista, nesse momento levanta-se e afasta-se). Sou a terceira de nove irmãos de uma família do interior do Piauí. No meu primeiro relacionamento eu tinha 16 anos, era uma adolescente escutando aqueles versos da Bethânia: “não dá mais pra segurar, explode coração”. E adolescente dá muita bandeira, a gente fica naquele desespero, pensando que vai tapar o sol com a peneira e não vai. E os pais sempre acham que é o outro que tá colocando o filho no “mau caminho”, que é outro grande equívoco das famílias: achar que as companhias vão

influenciar. Na verdade, quando tem um filho gay a família toda sabe, não faz é verbalizar isso. Por isso muitos homossexuais que ainda estão no armário fazem um papel ridículo: todo mundo sabe e ninguém fala. Na minha família eu nunca verbalizei isso. Quando eu fui externar já foi através da militância, na criação do Matizes. Um dos bônus da militância é fortalecer você, pra que você se imunize de certas coisas.

André – Você é uma das criadoras e organizadoras da parada da diversidade em Teresina, que chega a 12ª edição (2013). A parada ainda tem um importante papel a cumprir hoje?

MS – Na primeira parada nós tivemos 1.500 participantes, na última se falou em 40 mil. Então a parada tem um papel importante do ponto de vista de dar visibilidade às bandeiras do movimento LGBT. As paradas se transformaram num movimento de rua volumoso e significativo em todo o Brasil. E têm um lado festivo que não descaracteriza o movimento, porque é um ato político irreverente, não rabugento. Mas acho que quando fomos para a Avenida Raul Lopes (às margens do Rio Poti, na zona leste de Teresina) o ato político se perdeu um pouco. Quando acontecia pelas ruas do centro, a Parada era vista mesmo por quem não queria. A mudança do percurso, imposta pelo poder público, foi como um processo de higienização. Mas também tem as vantagens: o espaço é mais amplo e muitos gays, lésbicas e héteros de classe média que não iam pra Parada, agora vão. Mas penso que as Paradas já cumpriram o seu papel. Existem outras formas de ter visibilidade. Inclusive nós fazemos um evento mais amplo, com palestras, filmes, lançamento de livros.

André – Existe uma ideia sobre a condição homossexual que diz: “tudo bem, desde que sejam discretos”. Você acha que há uma tolerância desde que não se torne algo muito visível?

MS – Há quem diga “eu não tenho preconceito, mas se quiser beijar, beije dentro de casa”. A nossa sociedade se escandaliza com o beijo de duas pessoas do mesmo sexo, mas não se indigna com cenas grotescas de violência. Há sites onde acidentes de trânsito e corpos mutilados estão entre os conteúdos mais vistos. Tem gente que se compraz com isso. A gente ainda precisa discutir isso com a sociedade. Há pessoas que agem como se estivessem fazendo uma concessão: nós toleramos você, mas na clausura.

Samária – Já dá pra avaliar o significado da cantora Daniela Mercury ter assumido sua condição homossexual e apresentado a namorada?

MS– Eu penso como algo positivo, talvez até mais do que a gente possa avaliar nesse momento. Achei um ato de coragem. Houve comentários, inclusive entre militantes, de que ela estaria querendo se projetar, mas isso é de uma bizarrice sem tamanho. No Brasil, com tanto preconceito, ninguém se projeta assumindo ser gay.

André – Mesmo entre LGBTs existe uma incompreensão do que é a sexualidade?

MS – Dentro da militância existem vários equívocos. Acho que há um patrulhamento descabido, inclusive ao contrário. O movimento tem isso de ficar apontando: “fulano é gay”. São resquícios de um preconceito que a gente diz que combate, mas termina reproduzindo. Fico triste quando pessoas hétero, sensíveis à nossa causa, são apontadas pela militância como alguém que não tem coragem de se assumir. Eu posso me comprometer com a luta do outro sem ser o outro.

André – As políticas públicas passam, em maior ou menor grau, por quem está no comando dos governos. No próximo ano temos eleição, como você vê o futuro para as políticas públicas nas áreas que interessam mais diretamente ao movimento LGBT?

MS – Sou bastante cética. Acho que as coisas mudam no ritmo da pressão que a sociedade faz. Pelas características históricas de nosso país as coisas não caem do céu. Se a gente não tiver capacidade de oxigenar o movimento social, vamos cada vez mais perder espaço, com bancadas conservadoras se fortalecendo, enquanto o movimento social está fragilizado. E se o movimento social não reagir, o quadro é desolador. Mas eu continuo acreditando. Conclui Marinalva Santana.

Mostra-se, portanto, de grande valia explicitar outros atravessamentos da questão LGBT, como gênero, raça, e nível social, pois além do fato da comunidade não ter uma formação homogênea, esses outros fatores não podem de maneira alguma serem ignorados ao se fazer análises de grupos sociais sejam eles quais forem, mesmo sendo cidadãos pertencentes a uma das letras da sigla, as vivências são distintas, inclusive as necessidades de cada integrante da comunidade, pois uma cidadã homossexual negra, mulher transgênero ou cisgênero, moradora do subúrbio ou da favela passa por situações distintas de uma cidadã homossexual branca, cisgênero, detentora de médio ou alto poder aquisitivo, pertencentes a uma sociedade patriarcal é importante frisar as múltiplas “mulheridades” que também são

peças importantes nesse intrincado trabalho de resistência, se referindo a letra T da sigla que abrange pessoas transsexuais possuidoras de uma fluidez de gênero, por vezes transitando pelos dois no intuito de questionar as normas socialmente construídas e atribuídas ao que a expectativa social deseja de homens e mulheres. Estas últimas são obrigadas a lutar todos os dias pelo seu espaço, pela manutenção do que já foi conquistado e para que cada vez mais sejam sujeitos de sua própria história. Este é o melhor exemplo a ser utilizado como analogia à luta LGBT, em geral.

IMAGEM 01 – Foto de Marinalva Santana com aliança de casamento



Fonte: Revista Revestres

IMAGEM 02 – Marinalva Santana, líder LGBT, bota a boca no trombone.



Fonte: Revista Revestres

As fotos históricas que acompanham esse capítulo em especial no trecho a seguir mostram que essa luta é válida, pois seus efeitos já foram materializados e podem ser vistos

na cerimônia que deu a esses grupos, a possibilidade do casamento civil. Como podemos ver na imagem abaixo:

IMAGEM 03 – Casamento Civil homoafetivo coletivo



Fonte: Gilcilene Araújo/G1

IMAGEM 04 – Casamento Civil homoafetivo entre mulheres



Fonte: Gilcilene Araújo/G1

Para Marinalva Santana, diretora do Grupo Matizes, que luta pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no estado, a cerimônia de casamento civil é um grande avanço. “É uma solenidade histórica, um divisor de águas para nossos direitos”, ressalta.

A falta de legislação sobre casamento preocupa a comunidade LGBT, pois a garantia de direitos previdenciários e até de planos de saúde são ameaçadas caso não haja uma legislação mais robusta acerca da manutenção e permanência de uma lei nesse sentido.

IMAGEM 05 – Casamento homoafetivo entre homens



Fonte: Lucas Marreiros/G1

É de suma importância e principalmente respeitoso dar créditos aos nomes mais emblemáticos que ao longo dos anos adotaram comportamento infatigável em favorecimento ao bem comum de todos aqueles cidadãos vistos como párias sociais, esse fato não configura o apagamento de outros militantes de preciosa contribuição à causa ou aos outros que lutaram e não tiveram suas identidades notabilizadas e celebradas, trata-se de gratidão a quem de certa forma esteve na linha de frente do “jogo” muitas das vezes colocando em risco sua vida e sua integridade física e tendo uma postura mais “corpo a corpo” com os detentores do poder público e financeiro.

Muito se é discutido atualmente sobre o número expressivo de letras da comunidade LGBT, atualmente conhecida como LGBTQIAPN+ fala-se inclusive em cisão do movimento que levaria em consideração somente a parte que compreende até a letra “B”, o motivo seria a prioridade das pautas, enquanto a primeira preocupa-se em assegurar direitos básicos como adoção, previdência, matrimônio, etc., a outra “metade” da sigla: TQIAPN+ é mais voltada à discussão de gênero, expectativas de gênero, negação do binarismo masculino-feminino e desconstrução da afetividade e desejo oriundos desse já mencionado binarismo de gênero masculino-feminino, fato esse que pode ser percebido em acaloradas discussões em grupos LGBT nas redes sociais, a teoria Queer defende ideais conceituados por eles como quebras de estereótipos de gênero, papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres, alegando que tudo é meramente construção social.

Em eventos que antecedem a parada do orgulho LGBT na capital piauiense, como pode ser citado a Semana do Orgulho de Ser, essas visões mais recentes são trazidas a público, e encontra bastante receptividade entre os mais jovens sobretudo nos meios acadêmicos, local onde as assim como outras, as teorias de gênero e sexualidade ganham

palco para serem quase que canônicas, sendo assim, pessoas LGBT que não comungam dessas opiniões são muitas das vezes apontados como adeptos do patriarcado cis heteronormativo branco de direita.

Procura-se dentre outras coisas, validar assuntos alegóricos como linguagem inclusiva neutra, mesmo sabendo que a adoção ou não deste tipo de vocabulário pouco, ou nada acrescenta aos reais problemas da comunidade como o Brasil é o país que mais mata LGBT'S, que a expectativa de vida de uma trans é de 36 anos, que jovens continuam sendo expulsos de casa, agredidos na escola e no trabalho, dentre outros direitos conseguidos de maneira árdua e tirados enquanto o foco principal está voltado à pauta deste tipo.

Retomando a fala sobre outros atravessamentos, podem ser citados diversos pensadores, tais como Crenshaw (2002) feminista afro-americana, que traduz a interseccionalidade como uma combinação de um sistema múltiplo de subordinação, caracterizado por várias formas de discriminação simultânea. A autora chama a atenção pelo fato de que mulheres negras estão subordinadas a formas de opressão que cruzam gênero e raça, não de forma sobreposta, mas interseccional.

“O termo interseccionalidade é o que norteia o artigo:” A interseccionalidade em um movimento social LGBTQI+ de Teresina - PI: trajetória do grupo Matizes, da autoria dos professores doutores Libni Milhomem Sousa, Ana Kelma Cunha Gallas e Olívia Cristina Perez, ao discorrer sobre políticas públicas para a diversidade afetivo-sexual utilizando-se da figura do grupo Matizes, que é uma associação civil sem fins lucrativos surgida em Teresina no dia 18 de maio de 2002, na confluência de lideranças sindicais, ativistas, educadores e comerciantes LGBTQI+, e mostra a interligação dos temas como gênero, raça, classe social, e sexualidade, estavam presentes na criação do movimento e marcavam a agenda política do grupo em questão.

Para que fosse possível a realização do supracitado artigo, foram adotados como técnicas, a análise documental, a história oral, publicações dos movimentos em blogs escritos por pessoas que fizeram parte da criação deste e também por obras literárias tais como a obra memorialista “letras da diversidade” (SANTANA; ALBUQUERQUE, 2019) que trata da gênese do grupo Matizes, e a obra “Homossexualidade sem fronteiras: olhares sobre o Piauí” (BARROS JÚNIOR; LIMA, 2007) além de coleta de depoimentos de dois fundadores do grupo, sendo a importância deles na criação e existência do movimento, o critério de escolha.

No Piauí, a trajetória do movimento LGBTQI+, iniciou em Teresina no ano de 1988, período em que o país avançava o seu processo de redemocratização com a promulgação de

uma nova constituição federal. O grupo Free, primeira organização a promover o campo político identitário homossexual em Teresina, tentou “colocar na pauta da sociedade piauiense a questão das vivências sexuais reprimidas” (MORAIS, 2007). A intenção era “libertar a homossexualidade do viés patológico ou moralista” uma vez que “não era mais tolerável vivermos nossa sexualidade de maneira policiada e marginalizada” (MORAIS, 2007). Porém, na prática, o grupo acabou tornando-se uma entidade preocupada em resolver conflitos de homossexuais expulsos de casa, ao invés de atuar como um movimento político emancipatório (MORAIS, 2007).

Com o fim do grupo Free, a travesti negra Monique Alves, em uma luta quase solitária, idealizou o grupo Babilônia, que ainda na década de 1990, produzia boletins que denunciavam a discriminação e violência contra LGBT's no estado, mais tarde em 2001, esses boletins passaram a integrar o Relatório de violência LGBTfobia no Brasil, produzido pelo grupo GA da Bahia. Outros acadêmicos contribuíram diretamente para esse momento inicial de formação política, como o sociólogo Luciano Melo Sousa, do curso de letras da Universidade Estadual do Piauí, reunidos na obra memorialista “Letras da Diversidade” (2019), estes acadêmicos-ativistas minimizam os conflitos que permearam os primeiros momentos do Matizes. É certo que o contexto político influenciou a criação do movimento. No início dos anos 2000, o país tinha como presidente o ex-sindicalista e petista Luís Inácio Lula da Silva, enquanto no estado do Piauí, o ex-sindicalista e petista Wellington Dias, exercia a chefia do executivo estadual.

Foi criado então em âmbito federal no ano de 2004, o programa Brasil sem Homofobia (BSH), lançado no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a época, o programa foi considerado um marco importante na promoção da cidadania e dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, gerando políticas públicas e estratégias que seriam implantadas transversalmente por diferentes ministérios e secretarias de governo.

Em 2002, portanto dois anos antes da criação do Programa Brasil Sem Homofobia, o governo do estado do Piauí, sob a gestão Wellington Dias, tinha estabelecido o seu próprio marco institucional em favor das políticas LGBT's: a coordenação estadual da livre orientação sexual-CELOS, departamento ligado à Secretária Estadual de Assistência Social e Cidadania-SASC.

A CELOS seria responsável mais tarde pela condução do BSH no Piauí, com a contribuição direta do Matizes, mas embora tenha estimulado um conjunto expressivo de

ações e políticas significativas, o programa foi perdendo força na esfera federal, impactando diretamente as expectativas sociais dos movimentos LGBT. Isso ocorreu, sobretudo, devido às frágeis alianças políticas, e pelo receio de desagradar grupos religiosos conservadores que estavam na sua base de apoio, dificultando assim a governabilidade (MACHADO; RODRIGUES, 2015). Mais tarde, em 2011, o programa seria totalmente desarticulado durante o governo Dilma Rousseff, especialmente em decorrência da pressão da bancada evangélica (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Durante anos, a CELOS acolheu as solicitações do grupo Matizes, atuando na mediação das demandas junto às demais esferas da administração estadual, entre as ações de maior impacto na época, destaca-se um complemento à Lei Orgânica do Município de Teresina, que determinava punição a qualquer discriminação de orientação sexual em espaços públicos, em contrapartida, a atuação do grupo Matizes foi fundamental para a promoção do BSH no Piauí.

Segundo Santana (2011), a falta de verbas públicas levaria a muitos grupos LGBT's ao se vincularem ao programa BSH, que estava na época voltada no combate a AIDS, um dos temores do grupo Matizes era o esvaziamento da agenda política desses movimentos, cujos interesses passavam a ser pautados por uma relação fisiológica com o estado. Por volta de 2011, quando publicou o libelo político em seu blog, o grupo passou a assumir uma posição mais combativa, criticando frequentemente a atuação dos governos petistas nas esferas estadual e federal, o que contribuiu para o esgarçamento de suas relações com a CELOS, a sua maior parceria institucional, por outro lado, ajudou o Grupo Matizes a construir uma imagem de coletivo com maior autonomia e independência política.

O Matizes, ao adquirir o viés de confronto político, lutou por aprovações de leis em âmbito estadual que atendessem as demandas mais urgentes e necessárias do movimento, os benefícios advindos de tais leis não ficaram restritos ao município de Teresina, espalhando-se pelo interior do estado, influenciando também na criação e articulação de outros núcleos similares, o que sem dúvida resulta em um ganho considerável para essa parcela da população piauiense no que tange à cidadania e a equidade de direitos, várias lutas foram travadas para que os direitos mais básicos e elementares fossem conseguidos, porém, as tentativas de acabar com todos eles por parte de quem é contrário a dignidade humana destes indivíduos é ferrenha e incessante, dentre as regiões brasileiras com maior número de casos de LGBTfobia, a militância no Nordeste brasileiro, respeitando a singularidade e a peculiaridade de cada estado deve trabalhar unida em busca de atuar de forma conjunta em prol do bem-estar comum de

todos aqueles a quem se dedica proteger e assegurar seus direitos desde os mais simples até os mais complexos.

O movimento LGBT no Piauí tem preciosa contribuição para o cenário nacional como um todo, cada lei aprovada, cada conquista alcançada não é unicamente um ganho estadual exclusivo, mas sim parte de um processo muito maior rumo a solidificação de uma cidadania LGBT plena, ainda mais quando este tema é atravessado por outros recortes advindos das mais diversas demandas sociais no que tange etnia, gênero e classe social. Ainda no artigo: A interseccionalidade em um movimento social LGBTQI+ de Teresina (PI): trajetória do grupo Matizes Libni (2021), Kelma Cunha (2021), Cristina Perez (2021) a postura propositiva do grupo Matizes ficou evidenciada em diversas ações no estado do Piauí e no município de Teresina entre 2003 e 2004, o movimento contribuiu para diversos marcos legais, tais como: Lei Estadual n.º 5.431/2004 que dispôs sobre a aplicação de sanções administrativas em casos de discriminação por orientação sexual, Lei Municipal n.º 3.401/2005 que reconheceu a legitimidade da união estável para relações homoafetivas, Lei n.º 3.969/2010, de 12 de março de 2010 que criou o Conselho Municipal de Direitos da População de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - CMDLGBT.

Outro destaque desse período foi o Disk Cidadania Homossexual (0800 280 5688), criado em 2004 pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social-SEMTCAS, em parceria com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o sistema viria responder a uma antiga reivindicação dos movimentos no combate à violência e à discriminação sofrida pelas minorias sexuais e de gênero em Teresina. Na época, a prefeitura assegurava aos LGBTQIA+ expulsos de casa o direito a 90 dias de estadia em um hotel, enquanto se reestabelessem, atualmente, o Disk cidadania Homossexual encontra-se desarticulado, da mesma forma que o celebrado Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, ligado à secretária social de Assistência e Cidadania-SASC.

Durante anos, o centro de Referência se constituiu em um importante instrumento de promoção à dignidade da população LGBTQI+ na cidade, não apenas expedindo carteiras com o nome social, mas ajudando em questões legais, como a união estável, além de promover campanhas publicitárias de combate a LGBTfobia, outro marco nas políticas públicas LGBTQI+ em Teresina foi a criação em 2006 da delegacia especializada de proteção aos direitos humanos e combate a discriminação que visava diminuir a dupla violência sofrida por estes, naquele momento as agressões e as constantes humilhações dentro do aparelho público, no processo do registro de queixas.

Embora a delegacia que deveria combater a violência LGBTfobia passasse a ser conhecida como “delegacia dos veados”, o espaço tornou-se uma das maiores conquistas para a população do estado, agentes eram treinados para dar um atendimento mais humanizado a esse público, sobretudo, as pessoas que convivem com o vírus HIV, profissionais do sexo e travestis periféricas que habitualmente eram vítimas de discriminação dentro das delegacias, a delegacia especializada foi saudada como modelo de respeito a diversidade, sendo replicada em outros estados. Percebe-se, através dos dados coletados e analisados, que o grupo Matizes ganhou fortíssimo contorno político e atuou de maneira magnânima na proposição de leis para a população LGBTQI+ no estado.

O grupo passou inclusive a ser conhecido na esfera nacional como já foi mencionado anteriormente como um movimento social que faz uso da judicialização na conquista de direitos, como, por exemplo, pode citar-se o fato do estado do Piauí ter sido precursor quanto ao imposto de renda, onde em 2009, onde através das constantes provocações em defesa da promoção dos direitos humanos, casais LGBTQI+ passaram a incluir o cônjuge como dependente do IR para fins de dedução, outro progresso refere-se a doação de sangue por homossexuais, desde 2006 o grupo Matizes discutia na esfera pública quanto a doação de sangue.

3.1 O SANGUE LGBT TAMBÉM PULSA NAS VEIAS DOS QUE NÃO SÃO DO MEIO

Quando o preconceito e a discriminação eram maiores, tudo que fosse oriundo da comunidade LGBT era rechaçado, situações como: demonstração de afeto em público, maneiras de vestir, falar, andar e gesticular eram reprimidas e ridicularizadas, casais eram malquistos na vizinhança chegando até mesmo a sofrer retaliações das mais diversas formas e maneiras, mundo afora, prisões e execuções foram e ainda continuam sendo a realidade desses indivíduos em pleno século XXI do terceiro milênio, nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira, qualquer obra de arte que fizesse menção a esse considerado “estilo de vida” era prontamente calado, censurado tão logo chegasse ao conhecimento do público, às vezes até antes disto, pouquíssimas eram as exceções a este exemplo. A marginalização era a palavra que traduzia o modo como esses cidadãos eram obrigados a levar a vida, obrigados pela família e pela sociedade a viver na “clandestinidade” afetivo-sexual, os encontros furtivos e as relações extraconjugais eram a única maneira viável de existir como LGBT, até que a comunidade mundial foi tomada de espanto pelo surgimento do vírus HIV, sendo inclusive

chamado de “peste gay” no Brasil dos anos 80, essa associação descabida, que inclusive rendeu o termo “grupo de risco” atualmente em desuso e mudada para “comportamento de risco”, pois qualquer pessoa com vida sexual ativa até em ditas relações monogâmicas pode contrair a referida infecção, deixou um estigma que ainda precisa de contínua luta para ser apagado na contemporaneidade, sendo a ideia que defende que todo LGBT é um vetor ao menos em potencial da transmissão de várias IST’S principalmente do vírus HIV causador da AIDS, outras formas de transmissão como o uso compartilhado de drogas injetáveis por seringas contaminadas e no parto bem como no aleitamento materno não ganham tanto “destaque”, por assim dizer, como a transmissão por via sexual tão estigmatizada.

Quando o diagnóstico de alguém era positivo para o HIV, essa pessoa era alguém a ser evitado, mas ainda qualquer contato físico, como beijos, abraços e apertos de mão, evitava-se também beber no mesmo copo e utilizar pratos e talheres, dentre outras medidas que atualmente são descabidas.

No Piauí, a luta do Grupo Matizes também se deu nesse âmbito, tanto de conscientização e esclarecimento, quanto na militância pelo direito de homossexuais poderem doar sangue. No artigo A interseccionalidade em um movimento social LGBTQI+ de Teresina - PI: trajetória do grupo Matizes, Libni (2021), Kelma Cunha (2021), Cristina Perez (2021), dão foco à luta da referida ONG nesse sentido ao trazer o conhecimento de que:

Em 2006, o grupo Matizes protocolou representação ao Ministério Público Federal (MPF), que resultou em ação civil pública que pedia a suspensão dos efeitos da portaria da ANVISA naquele mesmo ano, classificando de “discriminatória” a norma da agência que regulamentava as condições para que uma pessoa possa doar sangue. Nesse quadro, os movimentos sociais têm caracterizado sua atuação por uma árdua negociação política, permeada pelas relações de aliança e de conflito, na tentativa de incluir as múltiplas demandas identitárias na agenda dos movimentos (FACCHINI, 2005) as lutas travadas pelo grupo Matizes foram incansáveis ao longo dos anos desde que o grupo surgiu, durante toda a sua trajetória e a sua maneira cada integrante fez e faz sua parte no sentido de somar forças em prol do bem de toda uma parcela significativa da população tida pela sociedade heteronormativa como minoria, e que sendo assim deve dobrar-se aos anseios, expectativas e desejos da “maioria” essa ideia refere-se mais a expressão política detentora de poder do que a uma realidade numérica, quantitativa, pois o interesse coletivo sobrepõe-se ao indivíduo de tal maneira que este passa a moldar todas as suas pulsões ao sabor do que é esperado pelo social, isso não se dá somente no âmbito das relações afetivo-sexuais, mas em todas as esferas

sociais, a ação de grupos como o grupo Matizes e tantos outros dedicados a ouvir a voz dos “excluídos” permite interpretações antropológicas no que tange a maneira como os códigos sociais regem a vida dos indivíduos, a regra é muito simples, existem os comandantes e os comandados, esses últimos também são denominados de “massa”, a política, as religiões, o estado comanda essa massa ao sabor de seus interesses desde aqueles que promovem o bem comum à cidadania, até aqueles que são seus interesses próprios, dos mais aparentemente simples aos mais escusos.

Assim como na academia, há a interdisciplinaridade que em resumo é o ponto onde as ciências encontram um lugar que é comum a todos, há nas pautas sociais a interseccionalidade, ou seja, todos os movimentos sociais encontram nas pautas por seus direitos esse ponto de convergência, pois os atravessamentos que perpassam os indivíduos são plurais, assim como a experiência humana para com a vida também é plural. No que concerne à pauta etnia-raça, LIBNI (2021), Kelma Cunha (2021), Cristina Perez (2021) salienta que “atuando de forma integrada com outras entidades e movimentos sociais, o Matizes buscou através das ações desenvolvidas em parcerias, mitigar a dissolução das agressões nas relações sociais desferidas a mulheres, negros e LGBT’S.” Prova disso é a parceria com o grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo. Ambos estiveram envolvidos em algumas ações. Por exemplo, em 2010, junto a outras organizações da sociedade civil tentaram dialogar com deputados sobre a reforma administrativa pretendida pelo estado do Piauí.

O objetivo dos movimentos sociais e organizações era a de impedir que a reforma administrativa prejudicasse a atuação dos órgãos direcionados à promoção de uma política de igualdade de gênero, etnia-raça e diversidade sexual. Na época, uma das propostas da reforma seria a de eliminar os órgãos constituídos na intenção de viabilizar políticas públicas para negros, mulheres e população LGBTQI+.

O Grupo Matizes e o grupo o Coisa de Nêgo também estiveram reunidos em ações educativas que intercambiavam temas como sexualidade, prevenção e saúde. A parceria ocorreu por intermédio do projeto “A gente quer viver pleno direito”. O projeto foi uma realização do grupo Matizes com a colaboração do fundo PositiHiVo. A oficina “Prevenção e promoção da saúde de jovens” oferecida pelo projeto foi destinada aos integrantes do “o Coisa de Nêgo” e à população em geral. Contou com dinâmicas, discussões, e exposições orais sobre métodos contraceptivos, incluindo orientações sobre o manuseio adequado da camisinha masculina e feminina. Além disso, contribuiu com informações a respeito das

Infecções Sexualmente Transmissíveis-IST, a exemplo do HIV/AIDS. A ação foi realizada na comunidade Boa Esperança, localizada na Zona Norte de Teresina (CIDADE VERDE, 2010).

Outro destaque, onde se confirma a interlocução do Grupo Matizes e movimento negro, está relacionado aos constantes diálogos com o médico Dr. Francisco Costa, na época secretário da Saúde do Estado do Piauí. Na ocasião, representantes do movimento negro, quilombolas, terreiro e movimento LGBTQI+ foram convocados para uma reunião em que apresentaram um documento com recomendação em medidas preventivas de saúde. A pauta discutia o desenvolvimento de ações de saúde direcionada aos usuários pertencentes, à população negra e LGBTQI+. Além Do grupo Matizes e Coisa de Nêgo participaram da reunião a Articulação Piauiense de Travestis e Transexuais – APTTRA; Coordenação de Promoção da Equidade vinculada a Secretária de Saúde do Estado; Diretoria de Direitos Humanos da SASC; Movimento Piauiense de Assistência à Cidadania-LGBT-MOPAC; Rede de Religiões Afro em Saúde do Piauí-RENAFRO e Superintendência de Relações Institucionais (PORTAL DA SAÚDE, 2015).

Fica evidente que a luta do Grupo Matizes é, sobretudo pelos direitos humanos, pelas peculiaridades das pessoas, pela amplitude do termo diversidade que não fica somente restrito ao afetivo-sexual, mas traz em seu interior o desejo de que todos possam ser livres e exercer os mesmos direitos, a ideia nunca foi fechar a discussão e a pauta em si, e sim em estabelecer a militância abarcando as demandas de todos os que não pertencem ao rígido padrão imposto socialmente, tendo uma visão como essa, o discurso sai da bolha em direção aos outros públicos que são o objetivo a ser atingido, falar para os pares não expande conquistas, não mantém direitos adquiridos, não conquistar novos e nem ganha “simpatizantes” que com o engajamento fazem girar a roda da conscientização coletiva social. Ainda há equívocos por partes de alguns de acharem que os movimentos sociais LGBT’s, negros, feministas, de pessoas com deficiências querem, na verdade privilégios querem ser tratados de maneira especial em detrimento de todos, quando, na verdade o que se pede apenas tolerância e respeito, pois através principalmente deste último, as conquistas são atingidas.

É possível perceber dentro da própria comunidade em assunto já discutido no presente trabalho que há tensões e até certa disputa por direitos e principalmente por protagonismo, alguns integrantes da sigla visando apenas interesses particulares e de seu determinado “recorte identitário” tentam puxar todo o histórico de conquistas para si e para os seus, estar na era da informática e das redes sociais acentuou, delimitou e expôs essas animosidades já existentes. Então não somente o Grupo Matizes, assim como os outros grupos que tratam da

questão LGBT e de outras pautas sociais devem compreender peculiaridades e trabalhar de uma maneira voltada para que todos possam alcançar a plenitude da cidadania, e assim honrando seus deveres, possam gozar dos plenos direitos advindos desta.

A interseccionalidade faz-se necessária sob vários aspectos, podendo citar como o principal deles, este caráter de complementaridade que ela exerce sobre essas vozes sociais dissidentes, quando indígenas, quilombolas, mulheres, PCD's, a comunidade LGBTQ+ negros e demais se unem a força aumenta, até por que há em cada um dos citados, indivíduos que reúnem em si todas ou quase todas as características citadas, então para a permanência deste ou daquele grupo é necessário primeiro abrir-se ao diálogo com aqueles que enfrentam problemas similares ou iguais e mesmo sabendo das diferenças e peculiaridades que caracterizam qualquer pessoa, o diálogo precisa ser estabelecido, quando um perde, todos perdem, quando um ganha, todos ganham, é através da desconstrução das normas patriarcais e demais lógicas excludentes que se é possível pensar em uma sociedade mais justa para todos.

O grupo Matizes que sempre foi norteado em suas ações pela interseccionalidade, assim como outros, não surgiu por obra do acaso, embora tenha a merecida importância reconhecida, ele é fruto de articulações daqueles que seriam seus membros militantes mais ativos e mais reconhecidos até os menos notórios, bem como um “produto” inspirado naqueles que foram os responsáveis pelo pioneirismo da militância LGBT no estado do Piauí, que são o grupo Free, e o grupo GAPA, acompanhando as tendências no Brasil e no mundo afora, era mais do que necessário levar essas discussões ao estado, os gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros piauienses também deveriam ser assistidos e assistencializados em suas mais diversas e básicas necessidades, buscar apoio e amparo para superar diversos episódios de discriminação e preconceito em casa com a família e na sociedade em geral, no interior e na capital do estado, homossexuais tem histórias de estigmatização e violência sofrida das mais diversas formas, principalmente com o surgimento e proliferação, principalmente dentro desta comunidade do vírus HIV, causador da AIDS, e foi nesse contexto que surgiu o grupo Free, palavra que em inglês significa liberdade.

Foi em fins de 1988, esse primeiro representante do movimento homossexual no estado, propondo trazer a questão da diversidade sexual e as vivências sexuais reprimidas para a pauta da sociedade piauiense, dando relevância a dimensões do ser humano relacionadas às identidades de gays, lésbicas e travestis. Buscava-se levar o conhecimento destas questões, advindas de obras e estudos científicos, a espaços como escolas e guetos da cidade (MORAIS, 2007). O temor de assumir publicamente sua condição sexual fazia com que essa população

vivesse seus afetos de maneira clandestina, muitos locais eram destinados a serem palcos de encontros furtivos entre esses indivíduos, em Teresina havia lugares como Bar Couvert, a casa de Aracy e a lanchonete casa da Irene, era a década de 80 no Brasil, ainda sob o controle do regime militar que assolou o país, que além de suas regras sociais, possuía fortes valores morais discriminatórios e amedrontavam a população utilizando-se dos conceitos de pecado, imoralidade, desvio de caráter e principalmente de doença de ordem psicológica, a própria OMS só retirou a homossexualidade da sua lista de doenças no ano de 1990.

Esse desconforto com relação a sua própria afetividade afetou inclusive os militantes, pois caso fizessem parte de um grupo de articulação política em defesa de tais direitos, estariam automaticamente assumindo que faziam parte dele, o temor de causar decepção na família, perder os amigos, perder o emprego, ser expulso de casa, obrigava muitos a terem casamentos de fachada e viverem sua verdadeira natureza de maneira clandestina, é nessa realidade que o grupo Free busca intervir, mudando essa concepção, objetivando mudar a visão distorcida da sociedade acerca destes indivíduos, fazendo que a sexualidade fosse percebida apenas como um traço da vida humana, e não como um grave defeito moral e patológico que deveria ser coibido a qualquer custo. O primeiro representante do movimento homossexual politicamente organizado no Brasil constitui-se em São Paulo em 1978, durante o regime militar, trata-se do Grupo de Ação pelos Direitos Homossexuais, que tão logo adotaria o nome Somos: grupo de afirmação homossexual. Ao pioneirismo deste grupo atribui-se a influência para a criação de outros grupos similares, inicialmente em São Paulo e Rio de Janeiro (JAMES GREEN, 2000a, 2000b). Exatamente uma década depois, o movimento inicia-se em Teresina, capital piauiense, com o surgimento do grupo Free.

Regina Fachinni (2003) elaborou para fins de análise uma periodização sobre o movimento homossexual no Brasil. De acordo com a autora, a “primeira onda” corresponde ao surgimento e expansão dos primeiros representantes do movimento em São Paulo e Rio de Janeiro, encerrando-se em fins da primeira metade da década de 1980, momento que coincide com a redemocratização do país e o surgimento e proliferação do vírus causador da AIDS. A autora defende que características dos grupos deste primeiro momento podem ser citados antiautoritário e comunitarista, além de um comprometimento com propostas de transformação da sociedade como um todo. Já a segunda metade nomeada de “segunda onda” apresenta-se mais pragmáticos em causas específicas no que tange aos homossexuais em detrimento de transformações mais amplas na sociedade nos quais pretendiam os da “primeira

onda”. Se a valorização do movimento gay internacional era subestimada pelo movimento, os representantes da “segunda onda” valorizavam esta articulação.

De acordo com Moraes (2007), assim como os outros, o Grupo Free também obteve registro em cartório, o que parece corroborar com a análise de Facchini para a qual o registro oficial era uma preocupação dos grupos da “segunda onda” do movimento. Os propósitos e a atuação do grupo Free vão ao encontro de interesses da luta mais específicos à causa homossexual defendidas por Facchini como identificáveis na “segunda onda” do movimento.

Vários grupos Brasil afora em trabalhos mais avançados, discutiam a questão LGBT voltada preferencialmente para o viés político, pois entendia que a partir dele, todos os outros direitos seriam ao menos discutidos e esclarecidos perante a sociedade, além de requerer a possibilidade uma vida justa para essas pessoas, na segunda metade da década de 80, representantes do movimento homossexual entre eles o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa foram exemplos de comprometimento a causa. De acordo com Green (2000b), o grupo Gay da Bahia promoveu uma campanha nacional com o propósito de coletar assinaturas para a retirada da homossexualidade da categoria de doenças tratáveis pelo Conselho Nacional de Saúde, conseguindo assinaturas de intelectuais e personalidades importantes e apoio de organizações profissionais e diversas assembleias legislativas, o que desencadeou na remoção da homossexualidade da categoria de doenças tratáveis em fevereiro de 1985.

“O Grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, por exemplo, com o apoio do Grupo Lambda de São Paulo e o Grupo Gay da Bahia, empreendeu uma campanha durante a assembleia constituinte de 1987 e 1988.” [...] para incluir uma medida proibindo a discriminação baseada na orientação sexual” (GREEN, 2000, p.285). São exemplos que corroboram com a classificação de Facchini (2003), segundo a qual a prioridade da segunda onda do movimento estava relacionada às “causas homossexuais” em detrimento de transformações sociais na totalidade, as quais pretendiam a “primeira onda”. Paralelamente ao grupo Free, foi fundado o grupo GAPA com os mesmos membros que segundo Moraes (2007, p. 141), [...] surgiu da necessidade de darmos apoio às primeiras vítimas do vírus HIV, no Piauí, esse grupo segundo Trindade (2003), foi à primeira ONG de combate a AIDS e originou-se em São Paulo, em 1985 expandindo-se posteriormente para outras cidades. De acordo com Moraes (2007, p.141), o GAPA contou [...] “com a colaboração da BEMFAM, que era um programa do Ministério da Saúde que visava combater as infecções sexualmente transmissíveis e evitar a procriação não planejada”, o qual cedeu sua sede para que o grupo realizasse suas reuniões.

Tanto Facchini (2003), como Green (2000), sublinham o fato de que alguns ativistas da primeira onda se voltaram ao combate à AIDS, mas é na segunda onda que esse movimento ganhou contornos mais incisivos e efetivos. De 1987 a 1989, no estado do Piauí, conforme os números oficiais (AIDS 989) havia 25 piauienses com AIDS e destes, doze vieram a óbito, sendo que em todos os casos o contágio deu-se através da relação sexual. Em 1989, havia registros de treze pessoas com AIDS e vinte pessoas com o vírus HIV. O coordenador de combate à AIDS no Piauí à época, o médico Miguel Azevedo, afirmava serem os homossexuais o grupo, até aquele momento, mais afetado, incluindo-se também os bissexuais. Afirmou também que, embora alguns possam ter feito uso de drogas, haviam sido contaminados por relação sexual.

De acordo com o jornal O dia (1989, p14) em 1º de dezembro de 1989, dia mundial de combate a AIDS, foi realizado em Teresina, nas praças Pedro II e Rio Branco, várias atividades relacionadas ao esclarecimento da doença, do contágio e da necessidade de maior solidariedade, respeito e interesse para com os doentes e portadores do vírus HIV. Além de órgãos públicos, fez parte da comissão organizadora do Grupo GAPA que promoveu várias atividades, entre elas, distribuição de preservativos e de folhetos informativos sobre a AIDS, exibição de vídeos e vendas de camisetas e chaveiros. O Grupo Free não conseguiu obter o propósito para o qual foi criado, que era tornar-se um “movimento político e emancipativo”, desvaindo-se de sua finalidade decorrente de condicionamentos externos aos interesses dos membros do grupo, tornando-se mais atrativo mais por interesses pessoais do que por uma luta política que objetivava a defesa da coletividade a quem se dizia representar.

O grupo GAPA, surgido no município de Teresina como uma resposta no tocante ao combate da disseminação do HIV/AIDS, assim como o grupo Free, não obteve o ideal esperado quando da sua criação. Soraia Moraes (2007) parece fazer uma relação entre a adversidade da conjuntura daquele momento como inibidora para o prosseguimento do grupo [...] “Havia uma mistura de pânico, com ignorância, fobia, e despreparo em relação a essa doença que até aquele momento, estava associada aos homossexuais”. Entre os primeiros casos de registro da doença no estado, 1987, e o surgimento do GAPA, 1989, há um pequeno espaço de tempo de dois anos. Diante disto, facilita-se compreender as causas apontadas por Moraes como fatores decisivos para o fim do GAPA.

O surgimento daquela doença naquele período próximo ao surgimento daquelas articulações políticas foi um golpe muito duro, cruel e certo nas aspirações de todos os que lutavam por dias melhores para a comunidade LGBT, pois tão logo o número de casos

aumentava em homossexuais, a doença e a sexualidade tornavam-se uma coisa só, a visão errônea com relação à moléstia associada a identidades sexuais divergentes foram um prato cheio para que os detratores de tais movimentos ganhassem munições e forjasse todo o tipo de discurso falacioso e discriminatório, valendo-se de desonestidade intelectual, a mensagem criminosa de que homossexuais eram vetores de uma doença mortal para a época devastou os grupos de militância deste período, em um país de maioria cristã, a “simples” caracterização de pecado e expiação de culpas dada a essas pessoas suscitava o ódio da população que se traduzia das mais variadas e execráveis maneiras.

Embora não tenha alcançado suas pretensões políticas, o grupo Free iniciou um movimento propulsor na tentativa de questionar a imagem estereotipada oriunda do senso comum do que era homossexualidade, e para atingir esse objetivo, muniram-se de conhecimentos acadêmico-científicos para empreender a desconstrução de imagens estereotipadas da homossexualidade. Percebe-se, portanto, a importância ímpar destes pioneiros do Movimento Homossexual no estado do Piauí no qual a gênese de seus trabalhos estava na legitimação da homossexualidade e na recusa de vivê-la na clandestinidade, propiciando a estes sujeitos, serem atores protagonistas de sua própria história.

3.2 O GRUPO MATIZES: A AMÁLGAMA DE VÁRIOS TONS DE LIBERDADE EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA.

De acordo com o registro em ata, o Grupo Matizes (2002) a Assembleia Geral de fundação do Grupo Matizes foi realizada em Teresina no dia 18 de maio de 2002, nela elegeu-se para um mandato de 12 meses a coordenação geral provisória do grupo 1º e 2º Coordenador Geral, Coordenador de Finanças, Coordenador de Imprensa e Divulgação, Coordenador de Assuntos Institucionais, além do Conselho Fiscal. Antes da eleição, no entanto, foram elucidados os objetivos e princípios do grupo, bem como houve a leitura e discussão das Propostas do Estatuto da entidade que seria aprovado nesta mesma Assembleia. Em entrevista a Lucrécio Arrais para o Jornal Meio Norte Marinalva Santana informou que a ideia de fundar o Grupo Matizes nasceu ainda em 2.000, momento no qual, segundo ela, não existia nenhum grupo LGBT em Teresina e que a violência e discriminação presentes naquele momento fez com que ela se reunisse com outros colegas para lutarem contra essa realidade. Assim, prepararam-se por quase dois anos para defender os direitos de pessoas LGBT e então

fundar o “Grupo Matizes em maio de 2002 e a partir daí as lutas foram intensificadas, ficamos firmes” (SANTANA, 2016, p.08).

É importante salientar que há grupos e organizações no estado do Piauí que representam apenas um segmento inserido na sigla LGBT, como, por exemplo, a Associação de Travestis do Piauí (ATRAPI), pois não deve ser esquecido o fato que todas essas letras da sigla juntam-se em torno de uma luta comum a todos, esses subgrupos dentro do grupo maior e mais abrangente são possuidores de necessidade peculiares de cada um, pois além do atravessamento com outros recortes sociais, há também necessidades que uns possuem e outros não. De acordo com Facchini (2009), a sigla LGBT foi adotada oficialmente durante a Conferência Nacional GLBT em 2008, a mudança deu-se, porém, não sem provocar embates, para aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas, no entanto, o uso da sigla LGBT, assim como GLTB, remete ao ano de 1999, ambas usadas como variantes de GLBT. A variedade de siglas para denominar o movimento ao longo do tempo decorreu de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos que compõe o movimento.

A sigla LGBT, termo adotado ao longo do presente trabalho está conforme o que são utilizados atualmente, os demais acréscimos a partir da letra “Q” ainda carecem de aprofundamentos científicos, sociais e acadêmicos que sirvam de base para que sua utilização não seja apenas mero detalhe decorativo, para que além de fazer parte da sigla de uma comunidade, possa contribuir de maneira genuína com as lutas travadas diuturnamente por essas organizações de militância e pelos cidadãos que a compõem, pois assim como são as conquistas de direitos, também são aqueles que desejam com muito afinho retirar esses mesmos direitos, em especial as bancadas evangélicas presentes no congresso brasileiro, com seus ideais forjados pela lógica de sua religião judaico-cristã, exibem valores que costumeiramente desrespeitam e ferem a laicidade do estado, votando a favor de projetos que beneficiam seus interesses discriminatórios e vetando aqueles contrários a suas opiniões.

Embora, o Grupo Matizes não seja o único grupo representante do movimento LGBT no Piauí, sua atuação em defesa dos direitos destes e suas articulações com a mídia e o poder público, tem garantido reconhecimento público, vários são os momentos de reconhecimento e vitórias galgadas ao longo destes anos em atividade, podem ser citadas, por exemplo: em 2005, o Conselho Estadual de Defesa DOS Direitos Humanos (CEDDH), concedeu ao Grupo o Prêmio Estadual de Direitos Humanos (Prêmio Dom Avelar Brandão Vilela). Em novembro de 2008, a Assembleia Legislativa do Piauí aprovou a lei n.º 5511, reconhecendo o Matizes como entidade de utilidade pública. Em 2011, com a lei n.º 4. 158/11, a Parada da

Diversidade, realizada pelo grupo desde 2002, foi incluída no calendário oficial do município de Teresina.

3.3 CONSCIENTIZAÇÕES, ARTICULAÇÕES POLÍTICAS, EVENTOS E A LUTA POR DIREITOS

No ano de 2011, houve um protesto à resolução – RDC N.º 153/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que proíbe homossexuais e bissexuais masculinos de doarem sangue, o Grupo Matizes iniciou um processo mobilizatório por meio da campanha “Nosso sangue pela igualdade” em fevereiro deste ano, aproveitando-se da estadia do Ministro da Saúde em Teresina, com o qual tinha agenda confirmada, o Grupo Matizes e a Liga Brasileira de Lésbicas protestaram no Palácio do Karnak contra aquela proibição, portando cartazes e entoando o grito “a nossa luta é todo o dia contra racismo, fascismo e homofobia” (GALENO, 2011).

Ainda como forma de luta contra a discriminação voltada a população LGBT, o Grupo Matizes executa, desde outubro de 2011, o projeto financiado pelo Ministério da Saúde “Nas trilhas do Direito para a Conquista da Cidadania” o qual presta assessoria jurídica para LGBT e pessoas vivendo com AIDS/HIV, que são vítimas de discriminação ou demandantes de direitos como, alimentação, adoção, etc. Várias ações judiciais já foram ajuizadas, nas mais diferentes áreas do direito: cível, criminal e previdenciária. (Projeto..., 2012).

Uma das maiores conquistas do movimento LGBT brasileiro em relação à ampliação e equidade de direitos foi obtido com a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) que reconheceu em maio de 2011, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, implicando assim na equidade de direitos entre casais formados por heterossexuais e casais formados por homossexuais. Na câmara dos deputados desde 1995, portanto, há mais de uma década e meia dessa decisão do STF, tramita o Projeto de Lei – n.º 1151/1995 da ex-deputada Marta Suplicy (SP) que propõe disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

“Diante da decisão do STF, o Grupo Matizes realizou, no mesmo mês, na Praça João Luís Ferreira, centro de Teresina, a celebração de união estável de dois casais de lésbicas: com a presença da tabeliã” [...] “O registro deu-se publicamente, diante das testemunhas, convidados e curiosos”. Desta forma, o Piauí realizou algo inédito no Brasil: uma solenidade

para registro de união homoafetiva em praça pública” (JULIANA DIAS, 2011), em maio de 2013, um importante conquista aos homossexuais se deu em âmbito nacional por meio do poder judiciário, trata-se do reconhecimento das uniões estáveis e casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo.

No Piauí, Teresina foi à primeira cidade a sediar o evento conhecido popularmente como Parada Gay que reuniu cerca de mil pessoas e foi realizado pelo Matizes em 28 de junho de 2002, a concentração do evento foi em frente a Prefeitura Municipal no centro da cidade ,onde houve caminhadas dos presentes pelas ruas, vê-se que as estratégias de ação do Movimento LGBT não se limitam as notórias e anuais “paradas gays”, bem como, no caso do grupo Matizes a “Semana do Orgulho de Ser”, evento anual que antecede a Parada da Diversidade em Teresina.

Em 2011, o então prefeito Elmano Ferrer sancionou a Lei Nº 4.165, de autoria da vereadora Rosário Bezerra, estabelecendo o dia 17 de maio como o Dia Municipal de Combate a Homofobia, e o decreto que reconheceria nome social de transexuais e travestis e que colocou em funcionamento o Conselho Municipal LGBT (Prefeito, 2011).

Diante de tudo que foi exposto no presente trabalho, há de se refletir para onde o movimento LGBT foi, onde está e aonde quer chegar, reconhecer aliados, ter mais senso de pertencimento elegendo os seus e somente assim conseguir se estruturar ante a uma onda fascista, autoritária e não aberta ao diálogo que se formou e ganhou força no Brasil governado por Jair Messias Bolsonaro e seus asseclas, quando governou o Brasil.

Portanto, mesmo já não ocupando mais a cadeira do executivo, a ideologia plantada permanece, e com ela a luta para a desmembração de tudo o que já foi conseguido ao longo de décadas e década de muita luta, suor, sangue e lágrimas, a luta é diária, ao longo do presente trabalho foram elencados fatos de fácil comprovação e discutidos e avaliados conceitos e ideias advindas de séria e extensa pesquisa bibliográfica das mais diversas fontes, o que a presente monografia e a lutas das ONGS’S por ela enfocadas busca acima de tudo é a possibilidade de uma cidadania plena as pessoas LGBT conseguidas de maneira permanente e que não sofram ameaças ao sabor de ideologias discriminatórias e fundamentalistas.

Contudo, a comunidade busca apenas uma vida digna para seus cidadãos longe do medo, da repressão e de toda forma de subjugação existente toda vez que esses direitos são ameaçados e caso essa realidade seja materializada, recomeçar, não se busca privilégios em detrimento do restante da população busca-se principalmente a liberdade de ser e existir respeitando a essência e a natureza de todo e qualquer indivíduo.

A partir do momento em que as várias formas de ser e existir no mundo forem abraçados, celebrados e respeitados, a sociedade caminha vários passos à frente na construção de um mundo mais justo, mais sadio e mais diverso, a seu modo e tempo, o Piauí deve celebrar a trajetória dos grupos Free, GAPA e Matizes, símbolos maiores da resistência LGBT do estado e influenciadores do surgimento de tantos outros no interior e na capital, todos lutando em consonância pelo simples direito à liberdade de amar a quem se deseja sem temer represálias de qualquer espécie, muito já foi feito e muito já foi conquistado, mas o horizonte sempre trará novas lutas e principalmente novas possibilidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao postar-se como a linha de frente no movimento de defesa da comunidade LGBT, o Grupo Matizes naturalmente carrega em si o legado e as demandas oriundas daqueles coletivos que o precederam, as conquistas acumuladas em território piauiense pelos grupos GALPA e FREE em seus contextos específicos foram basilares para que as escritas da história do movimento homossexual no Piauí fossem desenhadas no âmbito político, no que concerne a luta por visibilidade e principalmente por direitos, tratando desde o momento em que o assunto ainda mesmo tabu era timidamente discutido, passando pela fase letal de uma epidemia que além de seu rastro de morte deixava de herança o estigma da peste gay até o momento em que foi possível exigir do poder público, leis que amparassem os direitos dessa parcela da população, esses três grupos foram indispensáveis na condução destas questões.

Desde o início do primeiro levante contra o estado que era conivente com as diversas formas de agressões e abusos e teve como resposta o embate corpo a corpo de LGBT's nova iorquinos naquele ano de 1969, e chegando ao Brasil em seu momento político mais duro nos chamados “Anos de Chumbo” em que os militares haviam tomado de assalto o poder e os rumos do país, e a partir daí ecoando para o restante da nação, a luta LGBT foi escrita com sangue suor e lágrimas, pois, ao mesmo tempo, em que precisavam compreender-se como tal, a suas sobrevivências ainda eram ameaçadas por uma sociedade similar as outras ao redor do mundo que também eram calcadas no machismo, patriarcalismo e valores cristãos excludentes e discriminatórios, cada letrelinha da sigla que na atualidade não para de crescer tinha suas próprias questões peculiares que se somando ao todo, podiam resumir-se em busca pela legitimidade de ser.

A atualidade embora bem mais favorável, ainda traz em si os seus desafios, pois com o recrudescimento do conservadorismo ocorrido após o pleito do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, questões consideradas espinhosas e fogem dos ditames religiosos são censuradas e inviabilizadas pelos ditos paladinos da moral e dos bons costumes cujas decisões impactam diretamente na aprovação de leis e com isso na vida pública, em geral, assim como a pauta LGBT, assuntos como liberação do aborto, das drogas até mesmo para fins farmacológicos, racismo, feminicídio e tantos outros, são tratados como “chagas sociais”.

Dentro do recorte temporal ao qual este trabalho debruçou-se e até mesmo fora dele, conquistas de extrema importância foram alcançadas, mas na mesma medida elas são impiedosamente ameaçadas, portanto, é urgente que as leis que assistem essa população sejam

permanentes, impossibilitando sua anulação seja qual for o espectro político a governar o Brasil, freando as manobras utilizadas de maneira leviana por alguns candidatos e partidos políticos em tempos de crise principalmente para conseguir o apoio dos seus e também usar a causa como bode expiatório ou cortina de fumaça para os desmandos cometidos nestas gestões.

Por conseguinte, embora ao longo do texto sejam citados alguns nomes mais do que outros, sabe-se que nada é feito de maneira solitária, o que ocorre é que devido ao conhecimento e luta incansável quase que em tempo integral, algumas pessoas destacam-se em seus campos de atuação e com a militância, não seria diferente, personalidades como Luiz Mott², João Silvério Trevisan e claro³, Marinalva Santana⁴ não chegaram aos seus objetivos trabalhando sozinhos, sempre houve e sempre haverá aqueles que igualmente a eles dedicam sua vida em prol dos seus iguais.

O Grupo GAPA, ao lidar com questões como o combate ao HIV/AIDS nos guetos e demais locais de vivência gay, alerava aos seus pares sobre o perigo da contaminação pelo vírus e educavam a estes sobre como se proteger a si e àqueles que amavam, o Grupo FREE em sua preciosa marcha contra a invisibilização dos corpos homossexuais e marginalização destes, foi voz ativa no que se refere a representatividade da comunidade em todas as camadas sociais em uma época em que isso era algo impensável, sendo assim, ambos “prepararam o terreno” para o surgimento do grupo MATIZES, cuja imensa contribuição e ardorosa luta e continuidade do trabalho de seus antecessores conseguiu furar a bolha e galgar judicialmente conquistas que para a população heteronormativa são básicas, mas que para os LGBT’s ainda são muito recentes, conquistas inclusive em âmbito não só estadual, mas também em âmbito nacional, o direito ao casamento civil e reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo trouxeram outras benesses, como direito a herança, pensão e adoção.

Pode-se citar também o decreto assinado pela ex-presidente Dilma Rousseff contemplando uma reivindicação das travestis e transexuais que a partir daquele momento podem usar o nome social no gênero em que se reconhecem, no estado do Piauí, a aprovação

² Luiz Roberto de Barros Mott: antropólogo, historiador e militante da causa lgbt, nascido em São Paulo e radicado na Bahia, ganhou o título honorário de cidadão baiano, assumiu sua homossexualidade em 1977 na época da ditadura civil militar, é um dos militantes mais fervorosos da causa lgbt no Brasil.

³ João Silvério Trevisan: é um escritor ficcional e ensaísta, roteirista e diretor de cinema, dramaturgo, jornalista e defensor da comunidade lgbt brasileira.

⁴ Marinalva Santana: professora e servidora pública, principal articuladora do movimento lgbt no estado do Piauí e coordenadora principal do grupo matizes na cidade de Teresina.

da PEC de autoria do Deputado Fábio Novo, é inserida a orientação sexual no rol de direitos assegurados pelo estado do Piauí em sua constituição estadual, desde o início do movimento tenta-se a inclusão da orientação sexual na constituição brasileira.

Portanto, o propósito maior deste trabalho foi dar o protagonismo da luta a quem lhe é de direito: a militância, que é algo que todo nascido LGBT deve abraçar, pois lutando pelo bem coletivo, é que se consegue a liberdade individual, e por meio das leis que assegurem seus direitos, ou pelo menos deveria. Assim como também, a educação conscientizadora, esta por sua vez, é fundamental. Por sua vez, acredita que se pode usufruir com isso de maneira natural e libertária para com toda a população, para assim ser livre sobre a liberdade de amar e de ser, quem realmente se é. Eximindo assim, as vontades maldosas dos opositores ferrenhos que passam a criticar a Classe dos LGBT's.

Espera-se, assim, com isso, que os direitos e alocamento de mais LGBT's comprometidos em defender o direito da comunidade no geral e que se manifeste no pensar e no agir (viver) uma cidadania LGBT plena, sadia e libertadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Robert Soares. **Entre Lutas e Conquistas: História do Movimento LGBT no Piauí Recente**. Monografia, 2016.

FACCHINI. R. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Pesquisa feita em artigo: Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <http://www.Artigomovimentohomossexualnobrasil.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FACCHINI. R. **Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI**. In: Green JN; Quinalha R.; Caetano M. et al., organizadores. **História do movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-30

FERREIRA. Vinícius. SACRAMENTO. Igor. **Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas**. Disponível em: <http://dx.doi.org/1029397/reciis>. V.13 i.2 .1826. EDITORIAL. Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1995.

GOMES, José Cleudo; ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares. **A trajetória do Movimento Social pelo reconhecimento da cidadania LGBT**. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia – TEAR On-line, Canonas, v.8, n1, 2019. Disponível em: <http://www.le://ArtigoatrjetóriadomovimentopeloreconhecimentodacidadaniaLGBTnaParaíba.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MOTT, Luiz. **Homofobia no Piauí: 1975-2007**. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/homofobia-no-piaui-1975-2007/>. Acessado em 17/10/2023.

PINTO. Rhanielly Pereira do Nascimento. **História do Movimento LGBT no Brasil**. Resenha da Obra: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2018. Disponível em: Rev. Hist. UEG - Morrinhos, v.9, n.1, e 912016, jan./jun. 2020.

QUADROS. Samuel Vinhas. MEDEIROS. Regina Rodrigues. FERREIRA. Maria D’Alva Macedo. **O movimento lgbt1 em Teresina: politização e lutas por direitos**. Disponível em: <http://www.artigomovimentolgbtemteresina.pdf>. Teresina, 2019.

QUEIROZ. Luiz Gonzaga Morando. **Vestígio de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996)**. Revista REBEH. Vol. 01, N04, out, - Dez., 2018. Disponível em: www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh. Acessado em outubro – 2024.

SANTANA, Marinalva. **Movimento LGBT no Piauí: fatos e falácias**. Matizes Blog. Disponível em: <http://grupomatizespiaui.blogspot.com.br/2011/09/movimento-lgbt-no-piaui-fatos-e.html>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SOUSA, Libni Milhomem. GALLAS, Ana Kelma Cunha. PEREZ, Olívia Cristina. **A intersexualidade em um movimento social LGBTQI+ de Teresina**. Trajetória do Grupo Matizes. Teresina/PI. Revista Hebeh, 2021.